

FORUM

das seisSTU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP e Representação estudantil da Unesp

PEC 55/2016*Governo atenta contra direitos sociais*

NÃO À PEC DA MORTE: 13/12 é dia de mobilização e luta em Brasília e nos estados

Na data da provável votação da PEC 55 em segundo turno no Senado, trabalhadores e estudantes participarão das manifestações

A Proposta de Emenda Constitucional 55/2016 – conhecida como PEC do Teto de Gastos e PEC da Morte – já foi aprovada em primeiro turno pelo Senado Federal e depende somente da votação em segundo turno, marcada para 13/12, para tornar-se realidade e dar início a um dos maiores ataques aos serviços públicos brasileiros em toda a história.

Na votação em primeiro turno, no dia 29/11, os cerca de 40 mil manifestantes que ocuparam a Esplanada dos Ministérios, em Brasília, foram duramente reprimidos pela polícia militar do Distrito Federal, com bombas, balas de borracha e spray de pimenta. Dezenas de manifestantes ficaram feridos. O Fórum das Seis apoiou a manifestação com uma delegação composta por três ônibus. Sobre a repressão, leia moção do Fórum no verso.

No dia 13, estão sendo programadas manifestações nos estados e em Brasília. O Fórum das Seis conclama os servidores docentes, técnico-administrativos e estudantes das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza a engrossarem as atividades que serão realizadas nas capitais e cidades do interior.

Proposta cruel

Após tramitar na Câmara dos Deputados como PEC 241/2016, a medi-

da chegou ao Senado como PEC 55/2016. Como era de se esperar, a ampla maioria de parlamentares, nas duas casas, não questionou nada no projeto enviado pelo governo, mostrando absoluta subserviência aos interesses empresariais que dão as cartas no Palácio do Planalto. Só a mobilização popular pode alterar essa lógica.

A PEC 55 é considerada a proposta mais cruel contra a população apresentada ao Congresso Nacional após a Constituição de 1988. A PEC prevê o congelamento dos gastos do governo por 20 anos, restringindo a correção dos investimentos nos serviços públicos à inflação do ano anterior, e não mais de acordo com o crescimento das receitas públicas, como acontece agora.

Estudos mostram que os efeitos sobre saúde e educação públicas, por exemplo, serão devastadores. O Brasil poderá chegar a 2036 com os gastos nesses setores retrocedendo aos patamares dos anos 90.

A justificativa do governo Temer para tamanho ataque é a necessidade de equilibrar as contas do governo e, com isso, estancar a “explosão” da dívida pública. O objetivo, portanto, é reduzir despesas com saúde, educação, assistência e previdência para pagar os juros da dívida aos bancos.

Para se ter uma ideia dos impactos tenebrosos da PEC55, caso aprovada, a estimativa é que os investimentos públicos em educação, atualmente na casa dos 5% do Produto Interno Bruto (PIB), de acordo com estudos do pesquisador Otaviano Helene, da USP, cheguem a 2036 em torno de 3% do PIB!

Sabemos também que, se essa PEC for aprovada no Senado, não demorará para que o governo estadual tente satisfazer um desejo antigo de acabar com a vinculação de recursos estaduais para todos os fins, inclusive para as universidades estaduais paulistas, o que tornaria ainda mais crítica a crise de financiamento que estas instituições atravessam.

CONVOCAÇÃO

"A nossa luta se unificou: é estudante junto com trabalhador!"

Depois do #OCUPABRÁSIL
29 NOV



13 DEZ #OCUPATUDOBRAZIL
ato em **TODOS** os Estados

Em defesa d@s estudantes, das trabalhadoras e dos trabalhadores, da saúde, da educação e das políticas sociais.

Contra a PEC 55, PEC 287 e MP 746.

TODOS os Estados em LUTA!

CNG: ANDES FASUBRA SINASSE

Cartaz conjunto das entidades convoca o dia 13/12

VOTE CONTRA

O Fórum das Seis sugere que você vote

CONTRA a aprovação da PEC 55/2016 na consulta pública que está sendo realizada pelo Senado.

Para votar pela primeira vez nesse tipo de consulta, será preciso se cadastrar, esperar mensagem por e-mail, confirmar o cadastro e depois confirmar novamente o voto. Comece pelo seguinte link: <http://bit.ly/2eJWtoN>

Reforma da Previdência: Outro ataque brutal

Reafirmando sua intenção de promover em curto espaço de tempo o maior número possível de medidas reclamadas pelos empresários e banqueiros, o governo Temer já deu início à tramitação na Câmara dos Deputados da PEC 287/2016, que prevê a reforma da Previdência no país. As medidas são tenebrosas para os trabalhadores da iniciativa privada e para o funcionalismo público.

A intenção é dificultar ao máximo o usufruto da aposentadoria pela maior parte da população. Entre as medidas estão: adoção de idade mínima de 65 anos para as aposentadorias para homens e mulheres, desvinculação do valor dos benefícios previdenciários do salário mínimo, transferência dos recursos da Seguridade Social para outros fins e total impulso para a previdência complementar privada. Para alcançar o teto remuneratório (hoje em R\$ 5.189,92), trabalhadores privados e públicos terão que combinar idade mínima de 65 anos de idade e 49 anos de contribuição! Homens com mais de 50 anos e mulheres com mais de 45 entram em regras de transição.

As entidades sindicais, como as que compõem o Fórum das Seis, estão esmiuçando as medidas para orientar os trabalhadores, pois a informação é combustível essencial para alimentar a mobilização e a reação contra esse gigantesco ataque.

A farsa do rombo

O alegado rombo nas contas da Previdência – que teria sido de R\$ 85,8 bilhões em 2015 –, justificativa para a necessidade da reforma, não passa de uma farsa, fruto de manipulação de dados pelo governo federal, conforme mostra vídeo elaborado pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip).

O vídeo explica que a Previdência Social, assim como a Saúde e a Assistência Social, fazem parte da Seguridade Social. Os recursos da Seguridade Social vêm das contribuições de empregados, empregadores, impostos e receitas da União. Somando-se todos esses recursos, a Seguridade Social tem superávit, ou seja, recebe mais do que gasta. Em 2014,

por exemplo, a arrecadação da Seguridade Social foi de R\$ 686 bilhões, contra um gasto R\$ 632 bilhões.



Confira o vídeo no link:

<http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2016/12/08/video-nas-redes-diz-que-rombo-na-previdencia-e-farsa-sera-mesmo.htm>

Em anexo a este boletim, seguem:

- Parecer jurídico inicial do Andes
- Os principais pontos da Reforma (Estado de S. Paulo, em 6/12/2016)

Links mostram com quem o governo falou para montar a PEC 287

<http://www.cartacapital.com.br/politica/agenda-de-secretario-da-previdencia-e-dominada-pelo-mercado-financeiro>

<http://www.conversaafiada.com.br/economia/reforma-da-previdencia-vai-engordar-os-bancos>

<http://www.ptnacamara.org.br/index.php/inicio/noticias-gerais/item/29945-secretario-da-previdencia-priorizou-encontros-com-o-mercado-financeiro-antes-do-anuncio-da-reforma>

FORUM **das seis**
 STU
 Sintusp
 Sintepa
 Sintunesp
 Adusp-S.Sind.
 Adunesp-S.Sind.
 Adunicamp-S.Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP e Representação Estudantil da Unesp

Repúdio à repressão contra as manifestações de 29/11/2016 em Brasília

O Fórum das Seis, que congrega as entidades sindicais e estudantis da Unesp, Unicamp, USP e do Centro Paula Souza (Ceeteps), reunido no dia 9 de dezembro de 2016, deliberou manifestar seu mais veemente repúdio à violenta repressão perpetrada pelas forças de segurança contra os manifestantes que foram a Brasília no dia 29 de novembro para, no exercício pleno da sua cidadania, protestar contra a PEC 55/2016, que seria votada em primeiro turno no Senado Federal.

Foi uma manifestação legítima de movimentos sociais, estudantes e trabalhadores, com o objetivo de mostrar aos senadores que parte importante da sociedade civil organizada considera a aprovação desta PEC uma afronta aos direitos sociais insculpidos na Constituição Cidadã de 1988 que, entre outras coisas, garante o direito à livre manifestação do povo brasileiro.

A ação desmedida das forças de segurança violenta esse direito e constitui um episódio lamentável de agressão ao estado democrático de direito. O Fórum das Seis também solicita que sejam devidamente apuradas as responsabilidades pela barbárie e que sejam tomadas as providências cabíveis para que esse fato não se repita.

São Paulo, 9 de dezembro de 2016.

Fórum das Seis Entidades

25/11 é novo Dia Nacional de Luta

Contra a PEC do Teto dos Gastos Públicos. Contra os ataques aos direitos sociais!

O governo Temer trabalha em ritmo acelerado para aprovar e impor medidas que têm em comum o confisco de direitos sociais e trabalhistas, a ampliação e a implantação de pautas conservadoras na sociedade. O empresariado e os grandes grupos econômicos pressionam para que Temer viabilize, o mais rápido possível, as propostas que reivindicam há décadas. O objetivo central, neste momento, é jogar sobre a maioria da população a conta da crise econômica que eles mesmos criaram.

Estão em pauta no Congresso Nacional ataques gravíssimos a direitos duramente conquistados pela população.

O principal deles, neste momento, é a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241/2016, que já foi aprovada na Câmara dos Deputados e que agora tramita no Senado Federal como PEC 55. Na prática, a proposta é congelar por 20 anos os gastos sociais e custeio dos serviços públicos. A partir de 2017, as despesas com estes setores passariam a ser corrigidas apenas pela inflação do ano anterior, portanto, sem nenhum crescimento real.



Com isso, estaria extinta uma grande conquista inserida na Constituição de 1988, que foi a vinculação de recursos para Saúde e Educação. Estudos mostram que, se aprovada a PEC, chegaremos a 2036 com os gastos com saúde e educação reduzidos em cerca de um terço em termos reais, o que seria uma catástrofe social

Sabemos também que, se aprovada a PEC 55 no Senado, não demorará para que o governo estadual tente satisfazer um desejo antigo de acabar com a vinculação de recursos estaduais para todos os fins, inclusive para as universidades estaduais paulistas, o que tornaria ainda mais crítica a crise de financiamento que estas insti-

tuições atravessam.

Mas não é só a PEC 55 que paira sobre o nosso horizonte. Há outros projetos igualmente graves, como as reformas Trabalhista e da Previdência, a reforma do Ensino Médio (baixada por meio da Medida Provisória 746 e que aguarda aprovação no Congresso), o PLC 257/2016 (que impõe aos Estados que reduzam gastos com pessoal, congelem carreiras, benefícios e contratações). Há, ainda, projetos extremamente conservadores, como o Escola Sem Partido, que estabelece a censura na atividade docente.

Vamos resistir!
25/11 é dia de mobilização!

Assim como ocorreu em 11/11, esta sexta-feira, 25/11, é novo Dia Nacional de Lutas, convocado conjuntamente pelas centrais sindicais. Devem ocorrer paralisações, passeatas, debates, reuniões, panfletagens e outras atividades por todo o país.

Participe das iniciativas em seu município!

Fórum organiza caravana

A votação da PEC 55 em primeiro turno está prevista para 29/11. Neste dia, caravanas de todo o país devem aportar na capital federal, para protestar contra a aprovação da medida. No período da tarde, está prevista a realização de uma grande marcha pela área central de Brasília.

O Fórum das Seis está organizando uma caravana para integrar a atividade, a partir da manifestação do interesse de suas bases.

Universidades federais decretam greve

Para intensificar a luta contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55/2016 e contra a Medida Provisória (MP) 746/2016, o Andes – Sindicato Nacional está convocando os docentes das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas federais à greve nacional por tempo indeterminado a partir de 24/11. Até o fechamento deste boletim, na manhã de 23/11, 27 universidades federais já haviam aprovado o indicativo.

“Novos ataques aos direitos sociais – PEC 55/16 (ex-241) e reforma da Previdência”

Fórum convida para debate promovido pela Adusp em 29/11

No 29/11, acontece na USP uma palestra debate com a professora Sara Graneann, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A iniciativa é da Adusp e tem o objetivo de engrossar as atividades de resistência e estimular a discussão mais aprofundada sobre estes dois temas.

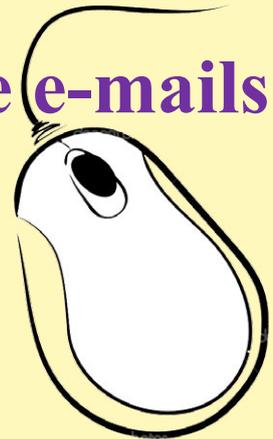
Vai ser no Auditório da Faculdade de Educação (FE) da USP, a partir das 17h. O Fórum das Seis convida trabalhadores e estudantes das três universidades e do Centro Paula Souza a participarem desta importante atividade.



Vamos encher a caixa deles de e-mails!

Mande e-mail para os senadores, conclamando-os a rejeitarem a PEC 55 e a respeitarem os direitos da população brasileira à saúde e educação dignas.

Abaixo, organizamos a lista de *e-mails* de todos os senadores, em três partes, para facilitar o envio. Basta copiar. Reserve alguns minutos para esta importante iniciativa.



gladson.cameli@senador.leg.br;jorge.viana@senador.leg.br;sergio.petecao@senador.leg.br;benedito.lira@senador.leg.br;fernando.collor@senador.leg.br;renan.calheiros@senador.leg.br;eduardo.braga@senador.leg.br;omar.aziz@senador.leg.br;vanessa.grazziotin@senadora.leg.br;davi.alcolumbre@senador.leg.br;joao.capiberibe@senador.leg.br;randolfe.rodrigues@senador.leg.br;lidice.mata@senadora.leg.br;otto.alencar@senador.leg.br;roberto.muniz@senador.leg.br;eunicio.oliveira@senador.leg.br;jose.pimentel@senador.leg.br;tasso.jereissati@senador.leg.br;crisovam.buarque@senador.leg.br;heliojose@senador.leg.br;reguffe@senador.leg.br;magno.malta@senador.leg.br;ricardo.ferraco@senador.leg.br;rose.freitas@senadora.leg.br;lucia.vania@senadora.leg.br;ronaldo.caiado@senador.leg.br;wilder.morais@senador.leg.br

edison.lobao@senador.leg.br;joao.alberto.souza@senador.leg.br;pinto.itamaraty@senador.leg.br;aecio.neves@senador.leg.br;antonio.anastasia@senador.leg.br;zeze.perrella@senador.leg.br;pedrochaves@senador.leg.br;simone.tebet@senadora.leg.br;waldemir.moka@senador.leg.br;cidinho.santos@senador.leg.br;josemedeiros@senador.leg.br;wellington.fagundes@senador.leg.br;flexa.ribeiro@senador.leg.br;jader.barbalho@senador.leg.br;paulo.rocha@senador.leg.br;deca@senador.leg.br;jose.maranhao@senador.leg.br;raimundo.lira@senador.leg.br;armando.monteiro@senador.leg.br;fernandobezerra@senador.leg.br;humberto.costa@senador.leg.br;ciro.nogueira@senador.leg.br;elmano.ferrer@senador.leg.br;reginasousa@senadora.leg.br;alvarodias@senador.leg.br;gleisi@senadora.leg.br;roberto.requiao@senador.leg.br

lindbergh.farias@senador.leg.br;marcelo.crivella@senador.leg.br;romario@senador.leg.br;fatima.bezerra@senadora.leg.br;garibaldi.alves@senador.leg.br;jose.agripino@senador.leg.br;ivo.cassol@senador.leg.br;pastor.valadares@senador.leg.br;valdir.raupp@senador.leg.br;angela.portela@senadora.leg.br;romero.juca@senador.leg.br;telmariomota@senador.leg.br;ana.amelia@senadora.leg.br;lasier.martins@senador.leg.br;paulopaim@senador.leg.br;dalirio.beber@senador.leg.br;dario.berger@senador.leg.br;paulo.bauer@senador.leg.br;antoniovaladares@senador.leg.br;eduardo.amorim@senador.leg.br;aloysonunes.ferreira@senador.leg.br;joseanibal@senador.leg.br;marta.suplicy@senadora.leg.br;ataides.oliveira@senador.leg.br;katia.abreu@senadora.leg.br;vicentinho.alves@senador.leg.br

11/11/2016 É DIA NACIONAL DE LUTA*PEC 55, PLC 257, Escola sem partido, reforma da Previdência, reforma do EM, ataques ao direito de greve...*

Sem resistência e luta de nossa parte, a ponte nos levará ao passado! Vamos permitir?

Trabalhadores e estudantes devem engrossar a reação contra o desmonte dos serviços públicos e os direitos sociais

As propostas do governo Temer, sacramentadas no conhecido documento do PMDB “Ponte para o futuro”, nunca foram escondidas de ninguém, mas espertamente foram deixadas na gaveta até que o presidente e seu ministério – boa parte composto por ministros que são réus em processos de corrupção – pudessem subir a rampa do Planalto após o processo de *impeachment*.

A onda conservadora que se abate sobre o país, e que ganha corpo a cada dia, ameaça levar de roldão direitos arduamente conquistados pela população trabalhadora do país. São iniciativas que buscam aprovar mudanças na legislação, por meio de emendas constitucionais, projetos de lei e decretos presidenciais.

Agora, mesmo os setores da população que se deixaram levar pela pesada propaganda patrocinada pela grande imprensa, começam a se dar conta dos reais interesses em jogo. Temer e seus ministros não fazem segredo das suas prioridades: as reformas trabalhista e previdenciária, a limitação de recursos para a educação, saúde e seguridade social, e o desmonte dos serviços públicos. O objetivo: garantir o pagamento da dívida pública aos banqueiros e os lucros dos empresários, que veem no tripé previdência social/saúde/educação um filão de onde retirar a remuneração para seus negócios.

Ou seja, em vez de reduzir os



lucros patronais, a solução altamente questionável contida na “Ponte para o futuro” para retomar o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) é diminuir os recursos públicos destinados aos trabalhadores, aos serviços públicos e ao conjunto da maioria pobre da população.

A PEC 241... agora PEC 55

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241/2016, de autoria do governo Temer, já foi aprovada na Câmara dos Deputados e que agora tramita no Senado Federal como PEC 55. Apresentada em junho deste ano, com o objetivo de impor um “Novo Regime Fiscal”, o real objetivo da PEC é congelar por “vinte exercícios financeiros” os gastos sociais e custeio dos serviços públicos. A partir de 2017, as despesas com estes setores – com destaque para saúde e educação públicas – passariam a ser corrigidas apenas pela inflação, sem nenhum crescimento real.

Com isso, estaria extinta uma grande conquista inserida na Constituição de 1988, que foi a vinculação de recursos para Saúde e Educação.

Para se ter uma ideia dos impactos tenebrosos da PEC, caso aprovada, a estimativa é que os investimentos públicos em educação, atualmente na casa dos 5% do Produto Interno Bruto (PIB), de acordo com estudos do pesquisador Otaviano Helene, da USP, cheguem a 2036 em 3% do PIB!

Sabemos também que, se aprovada a PEC 55 no Senado, não demorará para que o governo estadual tente satisfazer um desejo antigo de acabar com a vinculação de recursos estaduais para todos os fins, inclusive para as universidades estaduais paulistas, o que tornaria ainda mais crítica a crise de financiamento que estas instituições atravessam.



Outros ataques

O pacote de maldades do governo Temer é amplo e abrange medidas há muito sonhadas pelo pessoal do “andar de cima”. A intenção é aprovar tudo rapidamente, antes que chegue 2018. Além da PEC 55, resumidamente as principais são:

- **Reforma da Previdência:** A intenção é dificultar ao máximo o usufruto da aposentadoria pela maior parte da população. Entre as medidas ventiladas estão: rebaixamento dos valores do teto dos benefícios, adoção de idade mínima para as aposentadorias por tempo de contribuição (fala-se em 65 ou até 75 anos, igual para homens e mulheres), desvinculação do valor dos benefícios previdenciários do salário mínimo, transferência dos recursos da Seguridade Social para outros fins e total impulso da previdência complementar privada.

- **Reforma trabalhista:** A ideia é mexer na lei para garantir que as negociações diretas entre patrões e sindicatos possam valer mesmo que contrariem princípios previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Por exemplo, se os empresários de determinado setor negociam com o sindicato da categoria que a jornada de trabalho deve ser de 10 ou 12 horas diárias – o que contraria o texto atual da CLT, que a limita em 8 horas – isso poderia ser implantado. Simples assim.

- **PLC 257/2016:** Estabelece um plano de auxílio aos estados e ao Distrito Federal, em troca da garantia de que estes poderão reduzir seus gastos com pessoal, por meio do congelamento das

carreiras, suspensão de contratações, demissão voluntária, corte de benefícios (quinquênios, sexta-parte) etc.

- **PLC 30/2015:** De autoria do ex-deputado Sandro Mabel (PMDB-GO), propõe “regulamentar” os contratos de terceirização, introduzindo medidas como a ampliação irrestrita da terceirização, de forma a não mais distinguir atividades-meio de atividades-fim.

- **PEC 139/2015:** Extingue o abono de permanência, criado para manter o servidor público em atividade após completado o tempo para a aposentadoria voluntária. Esse abono tem incentivado a permanência de servidores na ativa, e é um importante instrumento para conter a evasão de quadros do serviço público.

- **PL 867/2015,** que propõe o “Programa Escola sem Partido”: Por meio de um conjunto de restrições à atuação dos professores, o objetivo é impedir que os eles se manifestem criticamente sobre política, religião e orientação sexual, entre outros assuntos.

- **MP 746,** de 22/9/2016: Por meio de medida provisória, o governo Temer propõe uma drástica reforma no Ensino Médio. Entre as principais mudanças, está a “flexibilização” do currículo, tornando obrigatórias somente as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Demais disciplinas – como Educação Física, Filosofia, Sociologia, Ciências etc. – passariam a compor roteiros optativos de formação. Trata-se de um dispositivo que certamente empobrecerá o ensino oferecido neste nível e o esvaziará de

quaisquer vestígios de espírito crítico.

- **PEC 395/2014:** De autoria do deputado Alex Canziani (PTB-PR), propõe que a gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais da educação básica e superior fique restrita aos “cursos regulares de graduação, mestrado e doutorado”. Significa acabar com a gratuidade nos cursos de especialização (extensão e pós-graduação lato sensu) oferecidos pelas instituições públicas de ensino superior, alterando o inciso IV do artigo 206 da CF-88.

11 de novembro é dia de luta

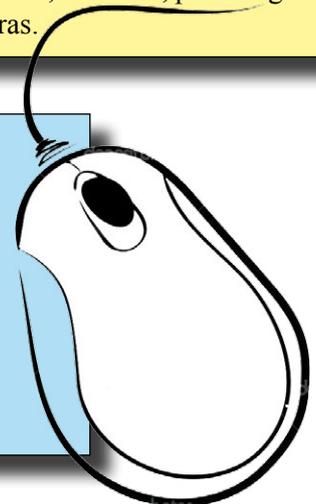
Todas estas medidas têm em comum o confisco de direitos sociais e trabalhistas, a ampliação e a implantação de pautas conservadoras na sociedade. Resistir e lutar é o único caminho para impedir retrocessos dessa envergadura. A saída para a crise, criada pelos próprios capitalistas, não pode recair sobre a maioria da população, como querem o governo e os setores que o sustentam.

Várias atividades nacionais já foram realizadas. A próxima delas, convocada conjuntamente pelas centrais sindicais, é a realização de um Dia Nacional de Luta em 11/11, com paralisações em todo o país. Neste dia, todas as atividades serão bem-vindas: paralisações, passeatas, debates, reuniões, panfletagens e outras.

PEC 55: Vote na consulta aberta no Senado

O Fórum das Seis sugere que você vote CONTRA a aprovação da PEC 55/2016 na consulta pública que está sendo realizada pelo Senado. Para votar pela primeira vez nesse tipo de consulta, será preciso se cadastrar, esperar mensagem por e-mail, confirmar o cadastro e depois confirmar novamente o voto.

Comece pelo seguinte *link*: <http://bit.ly/2eJWtoN>



Direito de greve

Supremo macula o direito de greve dos trabalhadores

Em votação realizada no dia 27/10/2016, o Supremo Tribunal Federal decidiu, por 6 votos a 4, que o poder público deve cortar os salários dos servidores em greve. A decisão se deu durante o julgamento de um recurso originado numa greve na Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec), do Rio de Janeiro, em 2006, e direciona os tribunais do país a adotarem o entendimento da corte suprema sobre o tema.

Não por acaso, o julgamento do STF tem um desfecho agora, no período pós-golpe parlamentar, apesar de vir se arrastando há anos. Não por acaso, o julgamento acontece em meio a uma sequência de ataques ao funcionalismo público e ao conjunto dos trabalhadores, desferidos pelos Poderes Executivo e Legislativo, como vimos na matéria principal deste boletim.

Legalizar o corte de salários a priori, antes mesmo que uma greve seja julgada ilegal, prejudica diretamente o direito de greve dos servidores públicos. A decisão aponta para um endurecimento do regime político, de forma que lembra em muito os tempos sombrios da ditadura empresarial-militar.

As entidades que compõem o Fórum das Seis reafirmam a sua defesa intransigente do direito de greve dos trabalhadores, garantido pela Constituição Federal, e conclamam todos a prosseguirem na luta pelos seus direitos e pela preservação da qualidade do serviço público prestado à população pelo Estado brasileiro.

FORUM das seis

STU
Sintesp
Sintepc
Sintecsp
Adesp-S.Sind.
Adenesp-S.Sind.
Adenicamp-S.Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP e Representação Estudantil da Unesp

Solidariedade aos estudantes do Centro Paula Souza

O *Fórum das Seis*, que congrega as entidades sindicais e estudantis da Unesp, Unicamp, USP e do Centro Paula Souza (Ceeteps), reunido em 4/11/2016, manifesta solidariedade aos estudantes do Centro Paula Souza, vítimas de brutal violência empregada pela polícia militar paulista quando da desocupação do prédio da Administração desta instituição, na noite de 3/11/2016. A ocupação tinha o objetivo de cobrar do governo a implantação de medidas para permanência estudantil, vitais para a manutenção de um grande contingente de estudantes na instituição.

Ao mesmo tempo, repudiamos o caráter arbitrário que caracterizou a ação da PM neste episódio. O governador do estado de São Paulo e o seu secretário de segurança devem satisfações à comunidade estudantil e à sociedade paulista pelos atos de agressão relatados pelos estudantes. A criminalização dos movimentos sociais, tratados como caso de polícia, viola princípios básicos da convivência democrática, descumpre preceitos constitucionais que asseguram garantias mínimas do direito à livre manifestação e constitui uma afronta ao Estado Democrático de Direito.

São Paulo, 4 de novembro de 2016

Fórum das Seis

FORUM das seis

STU
Sintesp
Sintepc
Sintecsp
Adesp-S.Sind.
Adenesp-S.Sind.
Adenicamp-S.Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP e Representação Estudantil da Unesp

Repúdio à repressão e à criminalização dos movimentos sociais

O *Fórum das Seis*, que congrega as entidades sindicais e estudantis da Unesp, Unicamp, USP e do Centro Paula Souza (Ceeteps), reunido em 4/11/2016, manifesta seu repúdio à repressão desencadeada neste mesmo dia, quando houve a truculenta invasão policial à Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF, localizada na cidade de Guararema-SP. Esta escola de formação foi fundada pelo MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, e é referência internacional de educação popular.

O *Fórum das Seis* repudia também a criminalização de quaisquer movimentos sociais, em sua postura de luta democrática e de intransigente defesa dos princípios básicos do Estado Democrático de Direito, especialmente no contexto atual de graves ameaças e/ou violações do direito de manifestação e da liberdade de expressão.

São Paulo, 4 de novembro de 2016

Fórum das Seis



Desastre social: PEC 241 propõe congelar por 20 anos verbas de saúde e educação

Em vias de ser votada pela Câmara dos Deputados, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241/2016 é uma das principais iniciativas do governo Temer. Apresentada em junho deste ano, com o objetivo de impor um “Novo Regime Fiscal”, o real objetivo da PEC é congelar por “20 exercícios financeiros” os gastos sociais e custeio dos serviços públicos. A partir de 2017, as despesas com estes setores passariam a ser corrigidas apenas pela inflação, sem nenhum crescimento real. Ou seja, a população vai aumentar, novas tecnologias vão surgir... mas os investimentos em saúde e educação públicas estarão estagnados por 20 anos.

Veja alguns exemplos práticos do desastre:

Orçamento da saúde em 2016 = **R\$ 102 bilhões**
Se a PEC 241 estivesse em vigor = **R\$ 65 bilhões**

Se a PEC 241 estivesse em vigor, de 2003 a 2015, teriam deixado de ser investidos **R\$ 3,2 trilhões (-37%) na área social do país (saúde, educação, seguridade social)**

Se for aprovada agora, a PEC 241 reduzirá o investimento em educação pública dos atuais 5% do PIB para 3% do PIB nos próximos 20 anos (até 2036)

Salário mínimo em 2016 = **R\$ 880,00**
Se a PEC 241 estivesse em vigor desde 2006 = **R\$ 550,00**

O que está por trás

Ao propalar a falácia de que o país gasta demais com as áreas sociais, em especial com a saúde e a educação, o governo, na verdade, com a proposição da PEC 241, vai agravar drasticamente o histórico subfinanciamento dessas áreas, o que provocaria uma tragédia social sem precedentes.

O que os ministros de Temer “esquecem” de questionar são os trilhões de reais em juros pagos a bancos e especuladores, que certamente serão os maiores beneficiários da enorme quantidade de dinheiro que deixará de ser aplicado em saúde, educação e seguridade social.

Assim, os setores conservadores que controlam o governo pretendem diminuir recursos que deveriam ser aplicados na saúde, na educação e na seguridade social, transferindo-os para os setores da sociedade que eles representam, em detrimento da imensa maioria do povo brasileiro - esse é o real objetivo da PEC 241/2016.

Vamos resistir

O desastre anunciado pela possível aprovação da PEC 241 não se limitará ao âmbito dos gastos federais. Não restam dúvidas de que, na sequência, virão os desdobramentos para estados e municípios.

Em sua reunião de 6/10/2016, o Fórum das Seis aprovou o envio de uma delegação para acompanhar as atividades de mobilização e pressão sobre deputados e senadores nos dias 10 e 11/10, quando é possível que a PEC 241 entre em votação.



Você também pode contribuir pressionando os deputados federais e senadores de sua região.

Sugestão de texto de e-mail:

“Senhores(as) deputados(as) e senadores(as),
A proposta de emenda constitucional (PEC) 241/16, de junho deste ano, limita durante vinte anos a já insuficiente destinação de recursos para as áreas sociais, em especial para a saúde e a educação. Curiosamente, o governo federal, proponente da PEC 241/16, nada diz sobre suspender os repasses de recursos ao sistema financeiro. Caso a PEC 241/16 seja aprovada, causará uma tragédia social sem precedentes, mas que não restará impune.”

Para obter os e-mails, consulte:

Senadores:

<http://www25.senado.leg.br/web/senadores/em-exercicio>

Deputados Federais:

Pesquisa por filtro: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa>

Lista completa: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/arquivos/arquivo-formato-excel-com-informacoes-dos-deputados-1>

Assine petição online contra a PEC 241 em:

<http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR92916>

Adusp convida para debate

Com o título “O direito à educação pública por um fio: a PEC 241 em debate”, acontece na USP, em 10/10, às 17h, no Auditório da Faculdade de Educação, um debate com a presença de Salomão Ximenes (professor da UFABC e membro da Rede Escola) e Daniel Cara (coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação).

TRT julga greve legal e manda USP pagar dias parados

Da mesma forma que em 2014, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT2) julgou a greve dos técnico-administrativos da USP “legal e não abusiva” em 2016. A sentença determina que a Reitoria da USP devolva os salários que foram cortados ilegalmente no transcorrer da greve deste ano. Foram atingidos pelos cortes cerca de 460 funcionários.

O acórdão, na íntegra, está disponível em:
https://consulta.pje.trtsp.jus.br/visualizador/pages/conteudo.seam?p_tipo=2&p_grau=2&p_id=Ek9RsGE3EXDfN5%2F5oMAy%2Bw%3D%3D&p_idpje=WYvmgtvGtq0%3D&p_num=WYvmgtvGtq0%3D&p_npag=x

Unesp: Sem isonomia, sem negociação, sem diálogo

Os docentes e servidores técnico-administrativos da Unesp não receberam nem os ridículos 3% de reajuste concedidos pelo Cruesp. Várias tentativas foram feitas pela Adunesp e pelo Sintunesp no sentido de reclamar da Reitoria da Unesp um tratamento isonômico com as outras duas universidades públicas paulistas. No entanto, a resposta por parte das autoridades da Unesp tem sido sempre no mesmo tom: “devo, não nego, pago quando puder”. Isto sem que seja dada qualquer perspectiva de quando chegará esse esperado momento em que o reitor da Unesp avalie que pode pagar o reajuste anunciado e pago para a USP e a Unicamp, tido e havido como o reajuste concedido pelo Cruesp. Enquanto isso, a comunidade unespiana vai pagando a maior parte da conta da inépcia histórica dos reitores na busca de mais recursos para as universidades públicas paulistas

O Fórum das Seis está solicitando ao Cruesp o agendamento de nova reunião para tratar do dissídio 2016.

Audiência sobre “O caráter público do ensino superior e tecnológico: Modelos, financiamento e permanência estudantil”

A Frente Parlamentar em Defesa das Universidades Públicas no Estado de São Paulo está organizando uma audiência importante para o dia 18/10. O tema – “O caráter público do ensino superior e tecnológico: Modelos financiamento e permanência estudantil” – torna-se especialmente importante na conjuntura atual, com a tramitação de várias propostas extremamente danosas à sociedade, como é o caso da PEC 241 e do PLP 257.

O Fórum das Seis, que integra a Frente, convida trabalhadores e estudantes da Unesp, Unicamp, USP e Centro Paula Souza a comparecerem. Contate sua entidade representativa e veja como participar.

No cartazete ao lado, confira os detalhes do evento.



**FRENTE EM DEFESA DAS
UNIVERSIDADES PÚBLICAS
NO ESTADO DE SÃO PAULO**

O Caráter Público do Ensino Superior e Tecnológico: modelos, financiamento e permanência estudantil

18 de Outubro | Terça-feira | 9h

Local: Auditório Franco Montoro
Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

Colaboração:

- Universidades Federais, Estaduais e Municipais que atuam no estado de SP;
- Instituições voltadas ao ensino técnico e à qualificação profissional;
- Associações de docentes;
- Sindicatos de trabalhadores;
- Entidades de representação estudantil;
- Cidadãos que atuam em conselhos, movimentos e entidades da sociedade civil.

Deputado Carlos Neder
Coordenador da Frente Parlamentar



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**

Não ao corte de direitos! Não às reformas de Temer!

Servidores públicos realizam jornada de lutas de 12 a 14 de setembro em Brasília. Fórum das Seis organiza caravana e conclama à mobilização!

Os dias 12, 13 e 14 de setembro serão marcados por uma grande mobilização dos servidores públicos em Brasília (DF) contra o ajuste fiscal, as privatizações, as reformas pretendidas por Temer e a precarização do serviço público, e em defesa de salários, direitos e empregos.

A data da Jornada de Luta na capital federal foi definida em reunião do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe), realizada no dia 23/8. Além dos servidores federais, a atividade contará com a participação de servidores estaduais, municipais, movimentos populares, sociais e estudantil, além de centrais sindicais como a CUT, CSP/Conlutas e CTB.

Serão três dias de atividades durante a Jornada de Luta. O dia 12 será o início do acampamento na Esplanada dos Ministérios; no dia 13 será realizada a manifestação, com marcha unificada dos trabalhadores; e no dia 14 ocorrerá a reunião ampliada do Fonasefe para avaliação da Jornada e perspectivas para a construção da greve geral no funcionalismo público.

Contra o PLP 257, a PEC 241 e o “Escola sem Partido”

Estão em vias de aprovação no Congresso Nacional dois projetos que são vitais para o programa político do governo Temer, pois retiram investimentos dos serviços públicos para pagar juros e amortizações da dívida pública aos banqueiros. Trata-se do Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/2016 e da Proposta de Emenda



Constitucional (PEC) 241/2016.

Em resumo, a PEC 241 prevê o congelamento das despesas públicas por 20 anos, a desvinculação dos percentuais constitucionais mínimos destinados à Educação e à Saúde, vinculando-os à inflação do ano anterior. Atualmente, a Constituição Federal de 1988 obriga a União, por exemplo, a dedicar, no mínimo, 18% de tudo o que arrecada com impostos na manutenção e na ampliação da educação pública no país. Governos regionais, por sua vez, devem repassar 25% da arrecadação.

Já o PLP 257 estabelece um plano de “alívio financeiro” aos estados e ao Distrito Federal, com o alongamento do contrato da dívida com o Tesouro Nacional por 20 anos. Em troca, os estados são obrigados a aderir ao programa oferecido pela União, de curto e médio prazo, para reduzir o gasto

com pessoal. No horizonte desta lei, está colocada a possibilidade real de congelamento de reajustes e de contratações, bem como a supressão de benefícios, como adicionais por tempo de serviço, progressões e promoções nas carreiras, entre outros.

Os projetos que propõem a “Escola sem Partido” tramitam tanto no Congresso Nacional, como em vários estados e municípios.

Apoiados pelos setores mais reacionários e conservadores da sociedade – entre eles, Jair Bolsonaro –, tais projetos querem cercear a autonomia pedagógica, a liberdade de expressão e de pensamento nas escolas brasileiras.

Caravana do Fórum das Seis

Em sua reunião de 29/8/2016, o Fórum das Seis discutiu a importância de engrossarmos a luta contra todos estes ataques. Para isso, o plano é disponibilizar ônibus para levar os interessados em participar da Jornada de Luta em Brasília, de 12 a 14/9.

As entidades que compõem o Fórum devem informar o número de interessados até o dia 6/9, às 10h. Neste mesmo dia, às 11h, em São Paulo, haverá nova reunião do Fórum das Seis para definir os detalhes práticos da atividade.

**VAMOS A
BRASÍLIA**

- Não ao PLP 257 e à PEC 241
- Contra as reformas da Previdência e Trabalhista
- Não aos projetos “Escola sem Partido”
- Contra os retrocessos impostos pelo novo Marco (i)legal da CT&I

Moções do Fórum das Seis Moções do Fórum das Seis Moções do Fórum das Seis

Moções do Fórum das Seis Moções do Fórum das Seis Moções do Fórum das Seis

Moções do Fórum das Seis Moções do

FORUM **das seis**

STU
Sistusp
Sistesp
Sistunesp
Adusp-S.Siad.
Adunesp-S.Siad.
Adunfcomp-S.Siad.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP e Representação Estudantil da Unesp

Repúdio à PEC 241/2016

O *Fórum das Seis*, que congrega as entidades sindicais e estudantis da Unesp, Unicamp, USP e do Centro Paula Souza (Ceeteps), reunido em 29/8/2016, subscreve a moção aprovada em 25/8/2016 pela Frente Parlamentar em Defesa das Universidades Públicas no Estado de São Paulo, constituída no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado. A propósito da tramitação da PEC 241/2016, a moção manifesta o seu mais veemente repúdio à tentativa de congelamento, redução e desvinculação de receitas para a Educação e a Saúde, por entender que, se aprovada, essa medida põe em risco serviços públicos essenciais, correspondentes a direitos sociais inalienáveis da população brasileira. Trata-se de um ataque antidemocrático sem precedentes aos avanços que a sociedade brasileira conseguiu inscrever na Constituição Federal de 1988, a “Constituição Cidadã”, e, por conseguinte, às práticas democráticas ali consagradas. Sem a vinculação e ampliação de recursos para a *Educação* e a *Saúde*, não há possibilidade de garantir serviços públicos de qualidade e sem eles não há democracia e inclusão social!

São Paulo, 29 de agosto de 2016
Fórum das Seis

Para:
Deputados Federais e Senadores eleitos por São Paulo

Com cópia para:
Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Saúde

FORUM **das seis**

STU
Sistusp
Sistesp
Sistunesp
Adusp-S.Siad.
Adunesp-S.Siad.
Adunfcomp-S.Siad.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP e Representação Estudantil da Unesp

Repúdio à violência contra docentes e estudantes da UESB

O *Fórum das Seis*, que congrega as entidades sindicais e estudantis da Unesp, Unicamp, USP e do Centro Paula Souza (Ceeteps), reunido em 29/8/2016, manifesta veemente repúdio aos fatos ocorridos em Vitória da Conquista, no dia 22/8/2016. Por ocasião da inauguração de uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), docentes e estudantes da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) faziam um protesto pacífico – contra o corte de R\$ 73 milhões em verbas das universidades estaduais baianas, a falta de concursos e de pagamento de terceirizados, além de uma política de permanência estudantil insuficiente – quando foram agredidos por seguranças do governador Rui Costa.

O episódio demonstrou a incapacidade do governo baiano de lidar democraticamente com o protesto da comunidade universitária, optando pela truculência em lugar do diálogo. Os relatos dos manifestantes apontam para agressões físicas e verbais, inclusive com injúrias machistas.

O Fórum das Seis solidariza-se com os docentes e estudantes da UESB e reivindica que os fatos sejam apurados com rigor e que os responsáveis respondam por tais atos de violência.

São Paulo, 29 de agosto de 2016
Fórum das Seis

Para:
Ilmo. Sr. Rui Costa, governador do Estado da Bahia.
(isaac.jorge@secom.ba.gov.br)

Com cópia para:
Fórum das AD's (luizblume@gmail.com)

Moções do Fórum das Seis Moções do Fórum das Seis Moções do Fórum das Seis

Fórum das Seis reúne-se com Cruesp nesta quinta, 11/8

Vamos cobrar dos reitores o respeito à isonomia, nenhuma repressão aos grevistas e empenho na luta por mais recursos

Devido às mobilizações, à pressão das categorias ainda em greve, e após muita insistência do Fórum das Seis, finalmente o Cruesp concordou em agendar uma reunião para esta quinta-feira, 11/8, às 15h, em São Paulo. Reunidas nesta segunda-feira, 8/8, as entidades que compõem o Fórum discutiram a necessidade de debater com os reitores os seguintes tópicos:

- **Reajuste salarial:** A concessão de 3% na data-base 2016, índice muito abaixo da inflação dos últimos 12 meses, corrói o poder aquisitivo de servidores docentes e técnico-administrativos. Na Unesp, onde a reitoria sequer aplicou os míseros 3%, num flagrante desrespeito à isonomia, a situação é mais grave ainda.

- **Contratações e condições de trabalho:** Nas três universidades, a suspensão das contratações amplia a precariedade nas condições de trabalho dos dois segmentos e coloca em risco o funcionamento das instituições. Na USP, o congelamento nas contratações vem acompanhado de planos de demissão voluntária e de redução da jornada/salário, sem quaisquer estudos dos impactos sobre a vida da Universidade. Na Unesp, sequer a contratação de professores substitutos – que já representa uma política de sucateamento do quadro, uma vez que somente deveriam ser contratados docentes em RDIDP – está garantida de acordo com as demandas dos Departamentos de Ensino.

- **Repressão e desrespeito:** Já materializado na USP e na Unicamp, o corte de ponto dos servidores técnico-administrativos grevistas constitui-se em flagrante desrespeito ao direito de greve dos trabalhadores e uma forma explícita de repressão. É urgente que os cortes sejam revistos e os salários pagos integralmente, uma

vez que estavam previstos nos respectivos orçamentos. É inaceitável esta e qualquer outra forma de repressão contra estudantes e trabalhadores que lutam em defesa da universidade pública.

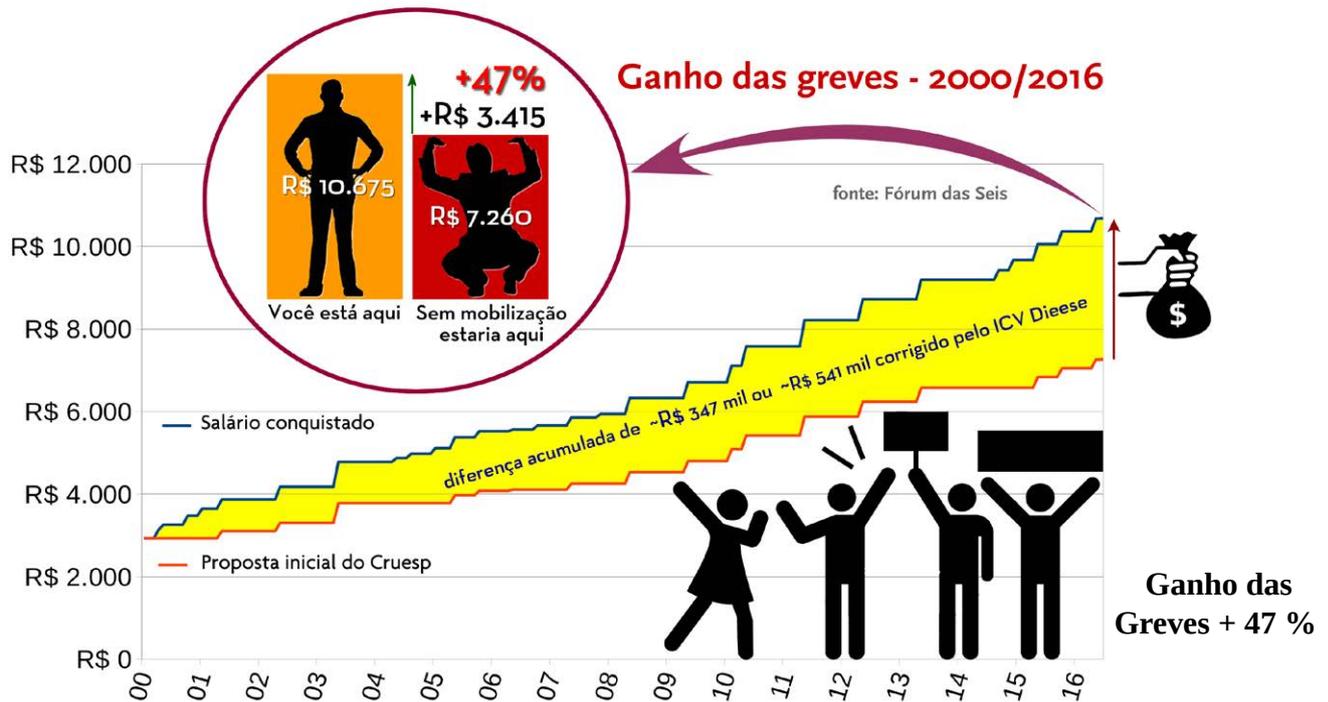
- **Mais recursos:** É indiscutível que se materializam nas três universidades paulistas as consequências nefastas de uma crise anunciada de financiamento que, conforme o Fórum vem advertindo reitores, governo estadual e deputados estaduais, aconteceria mais cedo ou mais tarde. Estamos convictos de que ela se instala agora em decorrência da queda da arrecadação de ICMS, que se dá num contexto de crise econômica generalizada, mas que aconteceria, mesmo num cenário econômico mais favorável, até o final da década de 2010. Por isso, é necessário que o Cruesp se engaje juntamente com o Fórum pela realização de uma reunião tripartite (governo, Cruesp e Fórum) para discutir a urgência do aporte de mais recursos para Unesp, Unicamp e USP.

- **Situação das aposentadorias e pensões** no âmbito da relação universidades/SPPREV.

- **Novo Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação:** O Cruesp comprometeu-se a emitir seu posicionamento sobre a Lei 13.243/16, que instituiu o Novo Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Informação, mas não o fez até o momento. O Fórum das Seis, em conjunto com outras entidades, vem alertando sobre os riscos que a lei traz para a pesquisa pública e a universidade pública.

Antes e depois da reunião com o Cruesp, as entidades que compõem o Fórum das Seis estarão reunidas no dia 11/8.

Estudo evidencia importância da mobilização e mostra ganhos obtidos com as greves



Segundo estudo elaborado pela Adusp, as greves e mobilizações organizadas pelo Fórum das Seis impactam positivamente os salários dos servidores das universidades estaduais paulistas (Unesp, Unicamp e USP), como pode ser visto quantitativamente no gráfico. Os valores absolutos mostrados são referentes ao salário inicial de professor doutor, mas as porcentagens de ganho das mobilizações são as mesmas para as três universidades, tanto para professores quanto para funcionários técnico-administrativos, mesmo para os servidores da Unesp que ainda não receberam os 3% de reajuste desse ano. Os dados referem-se ao período de janeiro de 2000 a junho 2016.

Tendo como referência as propostas iniciais do Cruesp, o número principal que resume este impacto é + 47 %, que é a diferença entre o salário recebido atualmente (R\$ 10.675) e o que seria o salário se os trabalhadores tivessem simplesmente aceitado a proposta de reajuste feita inicialmente pelo Cruesp (R\$ 7.260). Se a referência usada for o salário recebido, esta porcentagem é 32%. Dito de outro jeito: sem mobilização, o salário seria aproximadamente 2/3 do que é hoje.

A faixa amarela refere-se aos valores acumulados no período para um professor doutor, que são de aproximadamente R\$ 347 mil em valores absolutos ou R\$ 541 mil se corrigidos pelo índice ICV do Dieese. Este acumulado refere-se aos professores que já estavam trabalhando em 2000, mas é apenas uma referência de limite mínimo, pois no período de 16 anos já teriam mais 3 quinquênios, sobre os quais incidiriam também os reajustes maiores devido às mobilizações. Se o docente teve outras promoções, o valor seria ainda maior.

A diferença acumulada no período para quaisquer

servidores, tanto docentes quanto técnico-administrativos, pode ser estimada, levando-se em conta que a cada R\$ 1.000 do salário-base recebido hoje, este acumulado seria aproximadamente R\$ 34 mil ou R\$ 53 mil corrigidos pelo ICV do Dieese. A fonte de dados são os boletins do Fórum das Seis.

movimento pela ciência e tecnologia pública

Ciência e Tecnologia Pública:

Retrocessos impostos pelo Marco (i)Legal da CT&I

▼ 18h30
café e recepção

▼ 19h
Mesa redonda
Rogério Bezerra da Silva | Pesquisador do GAPI/UNICAMP
César Minto | Professor da Faculdade de Educação da USP e presidente da ADUSP
Richard Jakubaszko | Jornalista e escritor, especialista em políticas para agricultura

▼ 20h
Debate

▼ Transmissão AO VIVO
socializandosaber.es.net.br
ctpublica.wordpress.com

16
agosto
terça
auditório
ADunicamp
Av. Eriberto Veríssimo, 1479
Cidade Universitária
Campus da Unicamp
(19) 2521-2479

ADunicamp AZ SIMPAF GAPI ANDES Adusp UNesp S.U. Sintunesp NETES

Fortalecer a greve onde está instalada e intensificar as mobilizações em todas as categorias

Após reunião realizada em 21/07/2016, o Fórum das Seis indica o fortalecimento da greve onde está instalada e a intensificação das mobilizações de todas as categorias, com os seguintes eixos:

- Pela reabertura das negociações entre Fórum das Seis e Cruesp;
- Contra o arrocho e pela isonomia entre as três universidades;
- Contra o desmonte das universidades;
- Pagamento dos dias parados na USP;
- Permanência estudantil.

Há consenso entre as entidades que compõem o Fórum das Seis de que não nos faltam motivos para intensificar as mobilizações de todas as categorias nas universidades públicas paulistas. Estamos num momento particularmente crítico, em que se materializam nas três universidades paulistas as consequências nefastas de uma crise anunciada de financiamento que, conforme o Fórum vem advertindo reitores, governo estadual e deputados estaduais, aconteceria mais cedo ou mais tarde. Estamos convictos de que ela se instala agora em decorrência da queda da arrecadação de ICMS, que se dá num contexto de crise econômica generalizada, mas que aconteceria, mesmo num cenário econômico mais favorável, até o final da década de 2010.

É imprescindível que todos se engajem na luta, mesmo diante da repressão desumana sofrida pelos servidores técnico-administrativos da USP, com corte dos salários de centenas de trabalhadores, que certamente encontrarão outros meios para se manterem mobilizados; mesmo diante das ameaças que ocorrem de diferentes formas na Unesp e na Unicamp; porque o que está em jogo

é a sobrevivência das nossas universidades e do sistema público de educação superior do Estado de São Paulo.

Só a partir de 2014, e por pressão dos movimentos sociais dentro das universidades, os reitores reconheceram publicamente a necessidade de mais recursos para Unesp, Unicamp e USP. Agora, não exatamente com as mesmas palavras, reitores ou representantes das reitorias têm apontado que as instituições públicas paulistas de ensino superior estão à beira de um colapso, caso não se resolva rapidamente a crise de financiamento.

O que se nos apresenta é um quadro extremamente preocupante, com perspectivas reais de destruição das três universidades públicas paulistas, cujas perversas consequências já vêm sendo sentidas no cotidiano de cada uma delas das mais diversas formas. A concessão de um reajuste salarial muito abaixo da inflação, os planos de demissão voluntária, a suspensão da contratação de servidores docente e técnico-administrativos, o congelamento de verbas de custeio das unidades universitárias e dos recursos para os programas de permanência estudantil, entre outras medidas – que os reitores justificam como decorrência da crise de financiamento –, pavimentam o caminho para o desastre.

Isto posto, a hora é de luta pela preservação da qualidade dos nossos cursos de graduação, pela manutenção da excelência dos serviços que prestamos à comunidade e pela continuidade da produção de conhecimento relevante para a sociedade paulista e brasileira. Por isso, o Fórum das Seis indica o fortalecimento da greve onde está instalada e a intensificação das mobilizações de todas as categorias. O Fórum das Seis volta a se reunir no dia 1º/8/2016 para discutir os próximos passos do movimento.



FORUM

das seis

STU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP e Representação estudantil da Unesp

Novo ato unificado levou nossas reivindicações às ruas

O indicativo continua na ordem do dia: Fortalecer a greve onde está instalada e intensificar a mobilização das categorias

Caravanas de servidores docentes, técnico-administrativos e estudantes, de várias partes do estado, fizeram um belo ato em frente à reitoria da Unesp nesta quinta-feira, 14/7. Às 11h, a comissão do Fórum das Seis foi recebida pelo reitor da Unesp, Prof. Julio Cezar Durigan. Terminada a reunião, que durou duas horas, a coordenação do Fórum resumiu os informes aos manifestantes, que não arredaram pé do ato:

- Em relação aos interditos proibitórios contra os estudantes em vários *campi* da Unesp, o reitor comprometeu-se a reavaliá-los, embora destacando que os pedidos partiram dos diretores locais.

- Sobre a questão da isonomia (a Unesp ainda não pagou sequer os 3% de reajuste), Durigan disse que, “no momento, não é possível”. Comprometeu-se apenas a reunir-se com as entidades sindicais da Unesp em setembro, a partir da avaliação da arrecadação do ICMS até lá, para discutir o pagamento.

- O reitor da Unesp comprometeu-se a prosseguir fazendo gestões junto ao Cruesp para que reabra as negociações com o Fórum das Seis.

- O reitor da Unesp também prosseguirá defendendo a realização de uma reunião tripartite (governo, Fórum das Seis e Cruesp) para discutir os problemas de financiamento das universidades estaduais paulistas.

Indicativos à categoria

Reunidas após a realização do ato, as entidades que compõem o Fórum concluíram que, embora o



agendamento da reunião com Durigan tenha sido fruto da pressão do ato, os avanços foram pequenos.

A avaliação consensual foi que as razões que nos levaram à greve continuam na ordem do dia. A situação de desmonte nas universidades estaduais se agrava a cada dia. Em cada uma das universidades públicas paulistas, as perversas consequências da crise de financiamento manifestam-se a partir das prioridades estabelecidas por suas reitorias: setores foram fechados, as contratações e as carreiras de servidores docentes e técnico-administrativos estão suspensas, as verbas de permanência estudantil e de custeio das unidades foram reduzidas e congeladas.

Na Unesp, sequer os míseros 3% de reajuste foram pagos, numa escancarada quebra da isonomia entre as universidades. Na USP, além do corte de ponto de parte dos grevistas, novos ataques foram desferidos. Reunido em 12/7, o Conselho Universitário da USP aprovou propostas encaminhadas pelo reitor Marco Antonio Zago: um novo Programa de Demissão Voluntária (PIDV 2) e um Programa de Incentivo à Redução de Jornada (PIRJ), que podem tornar ainda mais dramática a situação da Universidade (do HU, em particular), já castigada com a falta de pessoal após o último PIDV.

Diante deste quadro, o Fórum das Seis mantém os mesmos indicativos feitos em sua reunião anterior:

Fortalecimento da greve onde está instalada e a intensificação das mobilizações de todas as categorias, com os seguintes eixos:

- Pela reabertura das negociações entre Fórum das Seis e Cruesp;
- Contra o arrocho e pela isonomia entre as três universidades;
- Contra o desmonte das universidades;
- Pagamento dos dias parados na USP;
- Permanência estudantil.

A coordenação do Fórum agendará uma conversa com o presidente do Cruesp, Prof. José Tadeu Jorge, o mais breve possível.

As entidades do Fórum voltarão a se reunir na próxima quinta-feira, 21/7, para definir os próximos passos do movimento.

Vídeo sobre o ato em:

<https://youtu.be/WGNUMEX1L1fE>

Petições eletrônicas

Paga, Zago! Paga, Durigan!

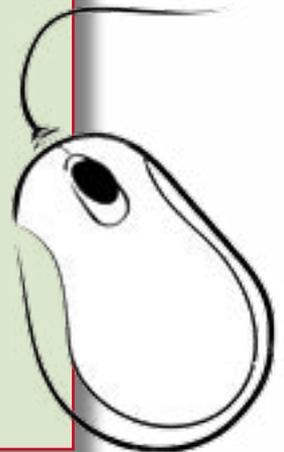
O Fórum das Seis montou uma petição pública que pede:

“Paga, Zago!”: Numa atitude repressiva e antissindical, o reitor da USP, Marco Antonio Zago, autorizou o corte de ponto de centenas de trabalhadores da Universidade. Seu “crime”? Estão exercendo seu legítimo direito de greve, contra o desmonte da universidade pública e em defesa de seus salários e condições de trabalho. O corte foi discriminatório, atingindo principalmente trabalhadores do nível básico, ou seja, os que recebem menos. Por isso, reivindicamos: “Paga, Zago!”.

“Paga, Durigan!”: O reitor da Unesp, Julio Cezar Durigan, recusa-se a pagar aos servidores docentes e técnico-administrativos da Universidade sequer o mísero percentual de 3%, definido na mesa do Cruesp. Ressalte-se que esse índice é absolutamente irrisório frente à inflação dos 12 meses anteriores (maio/2015 a abril/2016), que ficou na casa dos 9,34%, segundo o ICV-Dieese. Com essa postura, o reitor Durigan desfecha um duro golpe na isonomia. Por isso, reivindicamos: “Paga, Durigan!”

Assine e divulgue. O link de acesso é:

https://secure.avaaz.org/po/petition/Reitor_da_USP_Marco_Antonio_Zago_e_reitor_da_Unesp_Julio_Cezar_Durigan_Que_Zago_pague_os_dias_parados_na_USP_Que_Durigan/?cBDwFdb



Manifesto do “Movimento pela Ciência e Tecnologia Públicas”

O Fórum das Seis é signatário da campanha *online* que questiona a Lei 13.243/16 (Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação), que desfecha ataque frontal ao complexo público de ensino superior e de pesquisa e representa grave ameaça aos interesses da maioria da sociedade em favor de interesses privados, bem como aponta para a destruição da capacidade nacional de produção de C&T de interesse público.

Assine em: <http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=manifestopelaciencia>

Fórum indica: Fortalecer a greve onde está instalada e intensificar a mobilização das categorias

14 de julho tem ato estadual unificado em frente à reitoria da Unesp: Pela reabertura das negociações Fórum/Cruesp, isonomia entre as três universidades, pagamento dos dias parados na USP, contra o arrocho e o desmonte, contratações e permanência estudantil

As entidades que compõem o Fórum das Seis reuniram-se no dia 6/7 para avaliar o movimento nas universidades estaduais paulistas e apontar os próximos passos às categorias. Nos relatos dos representantes, foram dados detalhes do estágio da mobilização em cada universidade: docentes da USP e da Unicamp suspenderam a greve, enquanto docentes de vários *campi* da Unesp e servidores técnico-administrativos das três universidades seguem parados. A greve entre os estudantes prossegue com diferentes intensidades, especialmente pela chegada do período de férias.

Sobre a mobilização em torno à LDO/2017, a informação é que a valorosa mobilização das categorias, que encheram os plenários da Assembleia Legislativa nos dias 23 e 29/6 (*foto abaixo*), não foi capaz de inverter o quadro. Mais uma vez, o governador inimigo da educação ordenou à sua obediente bancada na Alesp que rejeitasse as emendas propostas pelo Fórum das Seis, de ampliação de recursos para as universidades e o Centro Paula Souza.

As emendas tinham a finalidade de amenizar a grave crise de financiamento que assola estas instituições, que foram palco de uma grande expansão nos últimos anos. Esse revés, no entanto, não suspende nossa luta por mais recursos, ao contrário, sinaliza que é necessário fortalecê-la. O Fórum das Seis deliberou realizar uma campanha de denúncia contra os partidos/deputados que votaram contra a educação pública, por meio de cartazes, petições públicas, reuniões em Câmaras Municipais e outros mecanismos que serão definidos nas próximas reuniões. Em

ano eleitoral, os efeitos de uma campanha como essa podem ser expressivos.

A avaliação consensual entre os presentes na reunião do Fórum foi que as razões que nos levaram à greve continuam na ordem do dia. Em cada uma das universidades públicas paulistas, as perversas consequências da crise de financiamento manifestam-se a partir das prioridades estabelecidas por suas reitorias: setores foram fechados, as contratações e as carreiras de servidores docentes e técnico-administrativos estão suspensas, as verbas de permanência estudantil e de custeio das unidades foram reduzidas e congeladas.

Some-se a isso o fato de que, na USP, a reitoria recusa-se a negociar com as entidades sindicais e promove o corte de ponto de parcela dos servidores grevistas, enquanto na Unesp a reitoria sequer aceita pagar os míseros 3% negociados na mesa do Cruesp, num duro golpe à isonomia. Neste sentido, o Fórum aprovou as palavras de ordem de “**Paga, Zago!**” e “**Paga, Durigan!**”, que constarão num abaixo-assinado virtual (*veja mais no box, no verso*).



Os indicativos gerais do Fórum das Seis para o movimento são:

1) Fortalecimento da greve onde está instalada e a intensificação das mobilizações de todas as categorias.

2) Realização de um ato estadual unificado em 14/7, quinta-feira, a partir das 11h, em frente à reitoria da Unesp, com as seguintes reivindicações:

- Pela reabertura das negociações;
- Contra o arrocho e pela isonomia entre as três universidades estaduais paulistas;
- Contra o desmonte das universidades;
- Pagamento dos dias parados na USP;
- Permanência estudantil.

Obs: As entidades devem comunicar o Fórum das Seis sobre previsão de participantes até terça-feira, 12/7, às 12h.

Outros encaminhamentos

- Solicitação de agendamento de reunião com o vice-governador e secretário de Ciência e Tecnologia do estado de São Paulo, Márcio França, para discutir a crise de financiamento das universidades estaduais paulistas e o Centro Paula Souza, requerendo ao Cruesp que faça o mesmo.

- Preparação de campanha de denúncia dos deputados que votaram contra as reivindicações da educação pública na LDO/2017.

- Moção contra o corte de ponto dos servidores da USP.

- Moção contra o desalojamento do Sindicato dos Servidores da Universidade Federal Fluminense.

O Fórum das Seis volta a se reunir no dia 11/7, segunda-feira, às 14h.

Paga, Zago! Paga, Durigan!

Assine a petição pública

O Fórum das Seis montou uma petição pública que pede:

“Paga, Zago!”: Numa atitude repressiva e antissindical, o reitor da USP, Marco Antonio Zago, autorizou o corte de ponto de centenas de trabalhadores da Universidade. Seu “crime”? Estão exercendo seu legítimo direito de greve, contra o desmonte da universidade pública e em defesa de seus salários e condições de trabalho. O corte foi discriminatório, atingindo principalmente trabalhadores do nível básico, ou seja, os que recebem menos. Por isso, reivindicamos: “Paga, Zago!”.

“Paga, Durigan!”: O reitor da Unesp, Julio Cezar Durigan, recusa-se a pagar aos servidores docentes e técnico-administrativos da Universidade sequer o mísero percentual de 3%, definido na mesa do Cruesp. Ressalte-se que esse índice é absolutamente irrisório frente à inflação dos 12 meses anteriores (maio/2015 a abril/2016), que ficou na casa dos 9,34%, segundo o ICV-Dieese. Com essa postura, o reitor Durigan desfecha um duro golpe na isonomia. Por isso, reivindicamos: “Paga, Durigan!”

Para assinar a petição, é fácil. Entre no *link*:

https://secure.avaaz.org/po/petition/Reitor_da_USP_Marco_Antonio_Zago_e_reitor_da_Unesp_Julio_Cezar_Durigan_Que_Zago_pague_os_dias_parados_na_USP_Que_Durigan/?cBDwFdb

Repasse o *link* e o pedido de assinatura a todos da sua lista de *e-mails*.



Audiência pública na Alesp expôs a crise de financiamento das estaduais paulistas

A poucos dias da votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, cresce a mobilização por mais recursos. Representantes sindicais e estudantis denunciaram o desmonte, o arrocho e a repressão

Fórum agenda novo ato unificado para 29/6, dia em que se discute o relatório da LDO/2017 e que pode haver a votação final em plenário

A audiência pública realizada na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), nesta quinta-feira, 23/6, cumpriu seu papel. Organizado pela Frente Parlamentar em Defesa das Universidades Públicas no Estado de São Paulo, o evento teve como tema central o financiamento destas instituições e a necessidade de aprovar avanços na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO/2017), que está em vias de votação naquela casa.

Conduzida pelos deputados Carlos Neder (PT-SP) e Carlos Giannazi (PSOL-SP), respectivamente coordenador e vice-coordenador da Frente, a mesa contou com a presença do reitor da Unesp, Julio Cezar Durigan, e do vice-reitor da Unicamp, Álvaro Penteado Crósta. Não compareceu nenhum representante da reitoria da USP, nem da superintendência do Centro Paula Souza, o que foi duramente criticado pelos coordenadores da Frente.

O Fórum das Seis compôs a mesa com João da Costa Chaves Júnior (Adunesp), João Carlos Camargo de Oliveira (Sintunesp), César Minto (Adusp), Paulo Centoducatte (Adunicamp), Marcílio Ventura (STU) e Denise Rikala (Sinteps). Também teve assento à mesa a estudante Carolina Fernandes, do comando de greve do campus da Unesp de Araraquara.

Os representantes das reitorias presentes foram os primeiros a falar. Durigan e Crósta afirmaram que o atual repasse às universidades (9,57% do ICMS-Quota Parte do Estado) é insuficiente para contemplar o crescimento que as instituições tiveram nos últi-

mos anos, comprometendo itens importantes, como a permanência estudantil. Eles também destacaram que a aplicação do subteto salarial – que corta os salários naquilo que superar os vencimentos do governador Geraldo Alckmin, atualmente na casa de R\$ 21 mil – é um problema. A reivindicação é que a política do teto no estado de São Paulo siga o que é válido na maioria dos estados e no âmbito federal, que têm como parâmetro o salário de um desembargador.

Falando em nome do Fórum das Seis, João Chaves lembrou que o cenário paulista está dentro de um contexto nacional de precarização da saúde e da educação. “As propostas em curso no governo federal preveem a diminuição drástica de recursos para estas áreas, o que terá reflexos imediatos nos estados”, explicou, antevendo momentos de maior asfixia financeira das instituições públicas, caso estas políticas se concretizem. Ele citou também a aprovação da nova lei de inovação tecnológica, que introduz “de maneira escancarada a possibilidade de privatização do ensino superior público no país”. Chaves criticou a política de desmonte em curso nas universidades estaduais pau-



listas, que se manifesta no enxugamento de pessoal, descumprimento de acordos celebrados, repressão, corte de direitos, ampliação da terceirização etc. Ele também chamou a atenção para o problema do teto salarial, lembrando que a proposta do Fórum é de fixação deste limite no estado de São Paulo em 90,25% do subsídio mensal dos ministros do Supremo Tribunal Federal, assim como está estabelecido na maioria dos estados. “É uma questão de justiça com os profissionais que dedicaram sua vida exclusivamente à universidade.”

Em relação ao financiamento, Chaves defendeu as propostas do Fórum para as universidades e o conjunto da educação pública, que foram detalhados por Francisco Miraglia, da Adusp, que fez uma apresentação sobre o assunto.

Com o uso de quadros demonstrativos, Miraglia mostrou que houve considerável expansão das universidades estaduais no período de 1995 (ano em que foi fixado o percentual de 9,57% do ICMS-QPE) a 2015; além disso, ocorreu enorme expansão do Centro Paula Souza, ambas sem a devida contrapartida em financiamento por parte de sucessivos governos estaduais. Ele ressaltou, ainda, que o governo não cumpriu seus compromissos (inclusive formais) de ampliar os recursos devido à expansão: para a USP (0,07% do ICMS-QPE, por conta de Lorena), de 0,05% do ICMS-QPE à Unicamp (por conta de Limeira), e para a Unesp.

Lembrando que o pagamento dos aposentados nas universidades também se insere no montante nelas investido, Miraglia pontuou que a crise atual que assola Unesp, Unicamp e USP precisa ser discutida do ponto de vista estrutural e não apenas conjuntural. Destacou que o Fórum vem demonstrando, há muitos anos, que o percentual de recursos destinado às universidades é insuficiente para manter suas funções de ensino, pesquisa e extensão. Ponderou que as instituições só estão funcionando no mesmo patamar de qualidade que sempre tiveram – com a mesma dotação orçamentária – às custas de um enorme esforço e grande sobrecarga de trabalho da comunidade universitária.

Miraglia expôs as reivindicações históricas do Fórum das Seis: no caso das universidades, ampliação dos

atuais 9,57% para 11,6% do ICMS-QPE; no caso do Centro Paula Souza, que não tem dotação, destinação de 3,3% do ICMS-QPE; para o conjunto da educação pública paulista, 33% do total das receitas estaduais. Ele denunciou os descontos indevidos feitos pelo governo ao destinar os 9,57%: antes de repassar o percentual, são retiradas várias alíquotas (Habitação, juros e moras etc.), coisa que não acontece com os 25% do ICMS destinados aos municípios. Com isso, os prejuízos causados às universidades são muito grandes. Para o Fórum das Seis, é fundamental que o texto da LDO inclua a expressão “do total do produto do ICMS”, garantindo que a base de cálculo das universidades estaduais seja idêntica à dos municípios.

“Fizemos várias propostas de emendas à LDO/2017, mostrando a disposição de negociação e diálogo que o Fórum das Seis sempre trouxe para o debate na Alesp”, prosseguiu Miraglia, citando emendas de 10% e 10,5 do ICMS-QPE para as universidades. Ressalte-se que também há emendas com o teor da proposta defendida pelos reitores (9,907% do ICMS-QPE). Para o Centro Paula Souza, além da emenda apresentada pelo F6 (3,3% do ICMS-QPE), há outras que propõem 2,1% e 2% do ICMS-QPE.

Dirigindo-se aos deputados que compõem a Comissão de Finanças e Orçamento (CFOP), responsáveis por definir o relatório final da LDO/2017 que irá à votação em plenário, Miraglia reafirmou que é preciso sensibilidade diante dos problemas da educação pública no estado. “Destruir as universidades estaduais paulistas agora, esse imenso patrimônio científico e cultural do estado e do país, é um prejuízo que pode levar muitas gerações para ser reparado”, finalizou.

Outros representantes do Fórum usaram a palavra para solicitar a reabertura das negociações por parte do Cruesp, a quebra da isonomia pela Unesp, a repressão policial na USP – com vários episódios de violência da PM contra estudantes nos últimos dias –, a precariedade dos itens de permanência estudantil nas três universidades, especialmente agravada pela aplicação das políticas de inclusão, a necessidade de adoção ampla das cotas sociais e raciais, entre outros.

Quarta, 29/6, pode ser o dia “D” da LDO

Fórum das Seis convoca novo ato estadual para a Alesp

Na próxima quarta, 29/6, a Comissão de Finanças e Orçamento (CFOP) da Alesp reúne-se para discutir a LDO/2017. O Fórum das Seis terá espaço para expor e defender suas propostas. Desta reunião, é provável que saia o relatório final da LDO, inclusive com possibilidade de ir à votação em plenário no mesmo dia.

É um dia crucial na nossa luta por mais recursos para ensino, pesquisa, extensão, permanência estudantil, salários, contratações. Por isso, o Fórum convoca novo ato estadual para este dia. A partir das 13 horas, vamos nos concentrar na Alesp e mostrar a força do nosso movimento. As entidades devem organizar suas caravanas e informar a coordenação do Fórum sobre previsão de participantes até segunda-feira, 27/6.

O Fórum também orienta a comunidade a pressionar os deputados em cada região, para que votem pela inclusão das emendas que garantem mais recursos para as universidades, o Centro Paula Souza e o conjunto da educação pública.

**VAMOS À LUTA! A HORA DE DEFENDER MAIS RECURSOS PARA A
EDUCAÇÃO PÚBLICA É AGORA!**

FORUM

**das
seis**STU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP e Representação estudantil da Unesp

Crise de financiamento: Vamos à luta por mais recursos para a educação pública

QUINTA, 23/6, 10H, TEM AUDIÊNCIA PÚBLICA NA ALESP

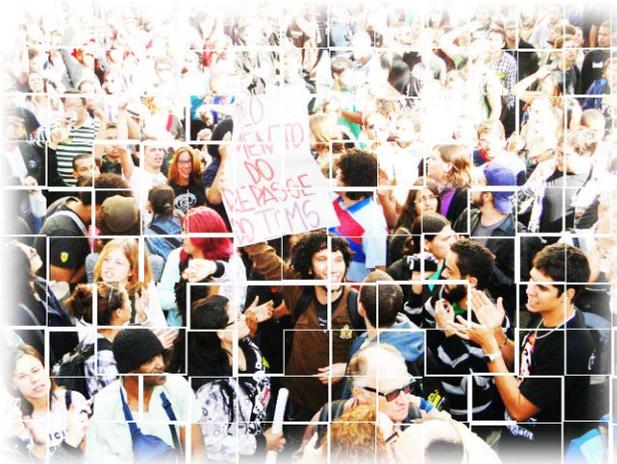
Na reta final das discussões sobre a LDO/2017, Fórum das Seis conclama comunidade a participar deste momento importante

Nesta semana, acontecem dois momentos importantes na nossa luta por mais recursos para as universidades estaduais paulistas e o conjunto da educação pública paulista. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO/2017), que define os percentuais do orçamento estadual que irão para cada setor no próximo ano, está em vias de ser encaminhada à votação na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), o que deve ocorrer até o final de junho, mais tardar nos primeiros dias de julho. São eles:

- 22/6/2016 (quarta-feira): Às 14h30, no Plenário Tiradentes da Alesp, sessão ordinária da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP), que discutirá a LDO/2017. As entidades que compõem o Fórum das Seis enviarão representantes para defender as emendas que pedem mais recursos.

- 23/6/2016 (quinta-feira): Às 10h, no auditório Franco Montoro da Alesp, audiência pública sobre “LDO e o Orçamento das Universidades Públicas”. O Fórum das Seis conclama as categorias a organizarem caravanas para comparecer a esta audiência. Será um momento privilegiado para darmos visibilidade às nossas emendas.

Fonte: Cruesp e anuários estatísticos da Unesp, Unicamp e USP



O que estamos reivindicando

Se depender da proposta de LDO enviada pelo governador à Assembleia Legislativa (Alesp), o percentual de recursos para Unesp, Unicamp e USP – que é de 9,57% do ICMS-Quota Parte do Estado (QPE) – não vai mudar. Continuaremos recebendo o mesmo índice estabelecido em 1995, antes que as três universidades passassem por uma grande expansão de *campi*, cursos e vagas.

Os números deste crescimento mostram que o custo maior recaiu sobre a comunidade: somos praticamente o mesmo contingente de servidores docentes e técnico-administrativos de 1995 (em alguns casos, somos menos, como mostra o quadro), embora o número de cursos e estudantes atendidos tenha praticamente dobrado. A esta deterioração das nossas condições de trabalho, que pode se agravar no próximo período – considerando que as contratações estão congeladas – some-se o arrocho salarial que as reitorias querem nos impor e a precariedade dos itens essenciais de permanência estudantil (moradia, restaurantes universitários, bolsas).

Unesp + Unicamp + USP	1995	2015	Variação
Professores	10.812	11.675	8,0%
Técnico-administrativos	31.704	30.653	-3,3%
Vagas no Vestibular	13.203	21.997	67%
Alunos matriculados (graduação)	63.089	116.488	85%
Alunos matriculados (pós-grad.)	35.278	70.393	100%
Títulos outorgados (mestrados e doutorados)	4.268	12.168	185%

O Fórum das Seis, como tem feito historicamente, defende a necessidade de mudanças na proposta de LDO/2017 encaminhada pelo Executivo à Alesp. As propostas são as seguintes:

1) Para as universidades estaduais paulistas

Considerando a enorme expansão de *campi*, cursos e vagas nas universidades estaduais paulistas nos últimos anos, sem que houvesse qualquer alteração no percentual de repasse, o Fórum das Seis propõe que este percentual suba para 11% do ICMS-QPE.

Importante frisar que, somente após nossa forte greve de 2014, o Cruesp reconheceu a necessidade do aumento de recursos e está propondo, na Alesp, que o percentual de repasse suba para, no mínimo, 9,907% do ICMS-QPE.

Um detalhe relevante: No processo de cálculo dos atuais 9,57% do ICMS-QPE, o governo tem feito descontos que consideramos indevidos. Além de retirar da base de cálculo o montante de recursos destinados aos programas habitacionais do estado, a Secretaria da Fazenda deixa de incluir nela um grande número de alíneas da arrecadação, associadas aos juros de mora e da dívida ativa. Importante frisar que nenhum destes descontos é realizado no cálculo do ICMS destinados aos municípios paulistas.

Que nossa posição fique absolutamente clara: consideramos todos os investimentos ligados aos direitos sociais essenciais da população, Saúde, Educação, Habitação, Previdência, entre outros, como obrigações do Estado. Entretanto, insurgimo-nos contra a subtração de recursos do financiamento de uma destas obrigações do Estado para sustentar outra delas, como por exemplo retirar recursos da

Educação Superior Pública para financiar os programas habitacionais públicos.

Com estas manobras, o governo deixou de repassar para as universidades estaduais paulistas, somente nos anos de 2014 e 2015, cerca de R\$ 600 milhões.

Há tempos o Fórum das Seis vem denunciando este estado de coisas. Ou seja, queremos que a Educação Pública Estadual seja tratada como os municípios paulistas, recebendo um percentual do total do produto do ICMS.

2) Em relação aos recursos destinados ao Centro Paula Souza

O valor do orçamento do Centro Paula Souza (Ceeteps), responsável pelas escolas técnicas (ETEC) e faculdades de tecnologia (FATEC), depende todos os anos da boa vontade do governador. Como o Ceeteps não tem dotação fixa, como acontece com as universidades, cabe ao governador decidir o quanto será investido nesta instituição no ano seguinte.

O Fórum das Seis defende que o Ceeteps tenha dotação orçamentária fixa de 3,3% do total do produto da arrecadação do ICMS-QPE.

3) Em relação à Educação Pública em geral

O Fórum das Seis defende que o Estado aplique, em 2017, na manutenção e no desenvolvimento do ensino público, no mínimo 33% do total do produto da receita resultante de impostos, incluindo os recursos provenientes de transferências. Neste percentual, já se inserem os recursos para as universidades estaduais públicas e o Centro Paula Souza.

Todos à Alesp na quinta, 23/6!
Por mais recursos para a educação pública paulista na LDO 2017!

Fórum das Seis repudia repressão na USP

Em defesa do direito democrático de livre manifestação, o Fórum das Seis expressa seu repúdio em relação à violência policial novamente infringida contra estudantes e servidores da USP no dia 16/6/2016.

Face à inadmissibilidade dessa forma de resolução das demandas políticas das universidades estaduais paulistas, o Fórum das Seis insta as autoridades competentes a abandonarem a postura de intransigência diante dos processos de negociação, assumindo de modo consequente o diálogo democrático como forma de resolução dos conflitos internos às comunidades acadêmicas da USP, da Unesp e da Unicamp.

ATO VITORIOSO!

Cerca de 3 mil pessoas, de todas as partes do estado, levaram a greve às ruas e colocaram no centro do debate a necessidade de ampliação de recursos para Unesp, Unicamp e USP



Foi uma longa caminhada nesta quarta-feira, 15/6, saindo do campus Butantã da USP, até o Palácio dos Bandeirantes. Servidores docentes, técnico-administrativos e estudantes das três universidades, de todas as regiões do estado, conseguiram dar visibilidade à nossa greve, expondo à população o desmonte imposto às universidades e à educação pública paulista. A cobertura da grande imprensa foi expressiva.

Próximo ao Palácio, um grande contingente policial tentou impedir que a passeata prosseguisse. A forte mobilização, no entanto, virou o jogo. Após uma comissão do Fórum das Seis negociar a questão com representantes do governo e da PM, a passeata foi liberada. Chegando ao Palácio, uma comissão de 12 membros do Fórum foi recebida por assessores da Casa Civil, que receberam documentos com a reivindicação de mais recursos para as universidades estaduais, o Centro Paula Souza e o conjunto da educação pública na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO/2017).

Os representantes do Fórum das Seis reafirmaram a necessidade de ampliação dos recursos para Unesp, Uni-

camp e USP, pressionadas pelos projetos de expansão impostos pelo governo Alckmin, sem garantia de recursos perenes. O enorme crescimento de campi, cursos e vagas – comprovado nos quadros expostos nos documentos – não foi acompanhado de aumento na dotação orçamentária às universidades, congelado em 9,57% do ICMS – cota-parte do Estado desde 1995. Esse arrocho de recursos teve como consequência uma situação dramática, com aumento irrisório ou até mesmo diminuição no quadro de servidores docentes e técnico-administrativos. A precariedade da permanência estudantil ameaça expulsar grandes contingentes de jovens que necessitam de apoio efetivo (gratuidade ativa) para cursarem o ensino superior público.

Os documentos do Fórum também abordaram as manobras utilizadas pelo governo (supressão indevida de alíquotas, juros, mora etc. da base de cálculo) que extraem somas gigantescas da Unesp, Unicamp e USP. Apenas nos anos de 2014 e 2015, o prejuízo das três universidades foi de cerca de R\$ 600 milhões.

Numa conjuntura nacional de profundo retrocesso

político e social – com o crescimento de propostas de cortes de direitos e de recursos para os serviços públicos – a situação nas universidades estaduais paulistas faz ressurgir propostas retrógradas e privatistas, como a cobrança de mensalidades. Não podemos e não vamos permitir que isso aconteça! Vamos resistir!

Audiência com secretário

Ao final da reunião, Jesse James Latance, assessor executivo da Casa Civil do governo, comprometeu-se a agendar uma audiência entre o Fórum das Seis e o secretário de Desenvolvimento, Márcio França, para tratar da questão de recursos na LDO 2017.

Reunidas após o ato, as entidades que compõem o Fórum das Seis avaliaram as atividades do dia, considerando-as muito positivas. A perspectiva bastante concreta de audiência com o secretário de Desenvolvimento para debater a questão dos recursos é importante, e deve se efetivar na medida em que mantenhamos o movimento forte e nas ruas.

Construir um ato na Alesp

Cumprida a tarefa de levar nossas reivindicações ao governador, agora devemos voltar nossa mira também à Assembleia Legislativa, onde está em discussão a LDO 2017, que deve ser votada até o final de junho. A proposta é construir uma nova manifestação, desta vez na Alesp, para pressionar os deputados a atentarem para nossas emendas.

Indicativos às categorias

O Fórum das Seis indica às assembleias de base:

- Fortalecer a greve e ampliá-la nas três universidades, unificando os três segmentos em luta pela reabertura das negociações com o Cruesp, contra o arrocho e contra o desmonte das universidades!
- Preparar um novo ato, desta vez na Alesp!
- Participar das atividades organizadas em cada universidade pelas entidades representativas!

O Fórum das Seis volta a se reunir em 20/6, às 14h.



Momentos da passeata em 15/6: a luta foi às ruas!

FORUM

**das
seis**STU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP e Representação estudantil da Unesp

Nem arrocho, nem desmonte! Defesa da universidade pública!

15/6: TODOS AO PALÁCIO!



Reunidas em 6/6, segunda-feira, as entidades que compõem o Fórum das Seis avaliaram o cenário da greve nas universidades estaduais paulistas e traçaram os próximos passos do movimento.

Nos informes dos representantes, ficou expressa a extensão do movimento, com greve entre os três segmentos da Unesp, Unicamp e USP.

Diante da necessidade de dar visibilidade ao nosso movimento, foi aprovada a realização de um novo **ato estadual unificado no dia 15/6**, quarta-feira da próxima semana, com passeata até o Palácio dos Bandeirantes. Além de expor à população nossas bandeiras de luta (com a defesa dos serviços públicos, em especial a educação e a saúde), vamos cobrar do governo sua responsabilidade frente à crise de financiamento que vivem as universidades.

Vamos cobrar de Alckmin seus compromissos (nunca cumpridos) frente à expansão de cursos e vagas dos últimos anos.

Vamos cobrar de Alckmin o fim das manobras no repasse dos recursos do ICMS para as universidades. Somente nos anos de 2014 e 2015, Unesp, Unicamp e USP tiveram um prejuízo de cerca de R\$ 600 milhões. Este número tem suas origens num fato que vem sendo denunciado há anos pelo Fórum das Seis: antes de repassar os 9,57% do ICMS - quota parte do Estado às universidades, o governo Alckmin subtrai da base de cálculo itens como Habitação e alíneas diversas da arrecadação, relativas a multas e juros, entre outros. Isso sem contar os descontos da Nota Fiscal Paulista. O detalhe é que a quota parte dos municípios (correspondente a 25% da arrecadação), não sofre este desconto.

Para corrigir este grave problema, o Fórum das Seis defende alterações na redação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o que evitaria as manobras do governador. Nas emendas apresentadas pelo Fórum em 2014 e 2015, por exemplo, a reivindicação era que os atuais 9,57% passassem para 10% do “total do produto do ICMS, quota parte do Estado”.

Após a forte greve de 2014, o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) passou a defender a passagem dos atuais 9,57% para 9,907% e também a incorporação no texto da LDO da expressão “total do produto...”. Porém, os reitores não apresentaram emendas à LDO com este conteúdo em momento algum. E em 2016, como atuarão?

Nossa postura continuará a mesma este ano: defenderemos incansavelmente mais recursos, ao mesmo tempo em que repudiaremos quaisquer tentativas de arrocho e confisco de direitos!

Organizar o ato de 15/6

As categorias devem discutir a organização do ato de 15/6 em suas assembleias, definindo as caravanas para São Paulo. O ponto de encontro será na USP (Portão 1, da Educação Física), a partir das 11h, com saída em passeata para o Palácio dos Bandeirantes às 13h.

Também deve acontecer em breve, ainda com data indefinida, uma audiência pública na Assembleia Legislativa, para discutir **nossas reivindicações de mais recursos às universidades, ao Centro Paula Souza e ao conjunto da educação pública paulista na LDO 2017**. Fique atento!

Resumo da reunião = míseros 3% na Unicamp e na USP, zero na Unesp

Indicativo do F6 = Fortalecer a GREVE!

Vamos ampliar a luta contra o arrocho salarial e o desmonte da universidade pública

A reunião entre Fórum das Seis e Cruesp nesta segunda-feira, 30/6, foi ruim em todos os aspectos. Um primeiro ponto foi a ausência dos reitores da Unicamp e da USP, respectivamente os professores José Tadeu Jorge (presidente do Cruesp) e Marco Antonio Zago. Pela Unicamp, compareceu o professor Álvaro Crósta, vice-reitor da Universidade. Pela USP, o pró-reitor de Pós-Graduação, Carlos Gilberto Carlotti Júnior. Em momento tão delicado nas estaduais paulistas, as ausências representam uma desconsideração em relação à comunidade.

O segundo ponto negativo foram os informes dados pelos três representantes sobre o reajuste salarial. Enquanto a Unicamp reafirmou os 3%, a USP destacou a decisão de seu conselho universitário, também pelos 3%. Já o reitor da Unesp, Julio Cezar Durigan, lembrou que o conselho universitário se recusou a manifestar-se sobre o reajuste e reafirmou sua responsabilidade de negociar na mesa do Cruesp com o F6. “A Unesp concorda com os 3%, inclusive considerando-os aquém do necessário, mas não tem condições de pagar agora”, disse o reitor.

Simple assim! Um golpe direto na isonomia. Pela primeira vez na história das universidades estaduais paulistas, a proposta rompe a isonomia de reajustes.

A declaração gerou profunda indignação entre os representantes do Fórum. Eles destacaram que os 3% já significam um reajuste ridículo frente à inflação na casa de 10%, uma forte corrosão no poder de compra dos salários. Já a postura do reitor da Unesp é um passo atrás, um profundo desrespeito para com sua comunidade.

O zero do reitor da Unesp veio acompanhado de um destempero em sua fala ao responder a alguns dos questionamentos recebidos.

Em resumo: não há uma proposta do Cruesp, e sim um golpe na isonomia!

Nos últimos anos, nossos reitores submeteram as universidades aos projetos de expansão impostos

pelo governo Alckmin, sem garantia de recursos perenes, e agora querem transferir o ônus de sua omissão para os servidores docentes, técnico-administrativos e estudantes. A apresentação de planilhas atestando a queda da arrecadação do ICMS, agora, não dá conta de solucionar o impasse. O Fórum das Seis vem apresentando sistematicamente estudos, ano após ano, mostrando o enorme crescimento das estaduais paulistas sem que os 9,57% do ICMS – cota-parte do Estado sofressem mudança alguma. Além disso, nos últimos anos, o governo Alckmin implementou manobras (supressão indevida de alíquotas, juros, mora etc. da base de cálculo) que extraem somas gigantescas da Unesp, Unicamp e USP. Apenas nos anos de 2014 e 2015, o prejuízo das três universidades foi de cerca de R\$ 600 milhões.

Numa conjuntura nacional de profundo retrocesso político e social – com o crescimento de propostas de cortes de direitos e de recursos para os serviços públicos – a situação nas universidades estaduais paulistas faz ressurgir propostas retrógradas e privatistas, como a cobrança de mensalidades (*vide editorial do jornal Folha de S. Paulo, de 25/5/2016*).

Encerramento unilateral

Questionado sobre a continuidade das negociações e a ausência de reuniões com a Comissão Técnica do Cruesp, o professor Álvaro informou que, neste momento, as negociações Fórum das Seis/Cruesp estão suspensas, até que ocorra “alguma modificação no quadro da arrecadação”. Quanto às reuniões técnicas, comprometeu-se a agendá-las.

Os representantes do Fórum argumentaram que, na prática, este era um encerramento unilateral das negociações, uma vez que a discussão do reajuste e de todo o restante da Pauta Unificada (isonomia dos servidores técnico-administrativos, condições de trabalho, permanência estudantil etc.) precisa prosseguir. Sobre o restante da Pauta, a justificativa do representante do presidente do Cruesp é que estariam

acontecendo discussões “no âmbito de cada universidade” e nos Grupos de Trabalho entre Cruesp e F6. Mesmo com as alegações dos representantes das entidades, de que isso não está acontecendo, não houve avanço.

O mesmo foi dito em relação à criminalização dos movimentos (medidas judiciais contra os estudantes e servidores, tentativa de desalojar o Sintusp de sua sede etc.). Para o Cruesp, isso deve ser discutido “no âmbito de cada universidade”.

Em luta

A “não negociação” foi acompanhada de mais uma passeata de servidores docentes, técnico-administrativos e estudantes de todo o estado, que não se abateram com as chuvas que caíram sobre a capital. Em greve ou em paralisação, a maior parte dos *campi* parou nesta segunda-feira.

Na USP, servidores docentes e técnico-administrativos já deflagraram a greve. Na Unicamp, os docentes realizaram vários dias de paralisação, enquanto

os servidores já estão em greve. Na Unesp, boa parte dos *campi* paralisou em 30/5; alguns já aprovaram o

indicativo da greve e a maioria discute o indicativo em assembleias nesta semana.

Os estudantes das três universidades estão em mobilização crescente, com greves, ocupações e grandes assembleias, tendo as pautas da permanência estudantil como ponto central.

Indicativos do Fórum das Seis

- Fortalecer e ampliar a greve nas universidades estaduais paulistas: pela reabertura imediata das negociações e atendimento às nossas reivindicações!

Próximas atividades

- Na semana de 6 a 10/6, o Fórum das Seis buscará agendar uma audiência pública na Assembleia Legislativa, para discussão da necessidade de mais recursos para as universidades.

- Na semana de 13 a 17/6, realização de um ato público de rua na capital, com detalhes a serem divulgados.

Próxima reunião do Fórum

As entidades voltam a se reunir em 6/6, segunda-feira.



A passeata em 30/5: servidores docentes, técnico-administrativos e estudantes levam às ruas a defesa dos seus direitos e da universidade pública

FORUM

das seis

STU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP e Representação estudantil da Unesp

CRESCCE A GREVE!

Nem arrocho, nem desmonte! Vamos defender a universidade pública e os nossos direitos! Movimento se amplia entre os três segmentos e escancara a subserviência dos reitores ao governo do Estado

A greve já é uma realidade nas três universidades estaduais paulistas. Estão parados, por tempo indeterminado, os servidores técnico-administrativos da USP e da Unicamp. Professores da USP aprovaram a greve para início em 30/5. Na Unicamp, os docentes já pararam por dois dias e aprovaram nova paralisação para os dias 30 e 31/5 e 1º/6, com nova assembleia neste dia. Na Unesp, em boa parte dos campi estão ocorrendo paralisações parciais entre servidores docentes e técnico-administrativos, inclusive no dia 30/5, com muitas caravanas agendadas para o ato. Entre os estudantes, o movimento cresce de forma avassaladora, com assembleias se sucedendo nas três universidades e muitos cursos e faculdades já parados.

A tentativa dos reitores de nos impor o arrocho salarial, com a “oferta” dos 3%, esbarra na resistência da comunidade. Na Unesp, o Conselho Universitário, após acirradas discussões, rejeitou a tentativa do reitor Durigan de fazer com que o colegiado votasse qual deveria ser o reajuste e optasse por uma das seguintes propostas: (a) 3% + corte do vale alimentação ou (b) zero% e nenhum corte. O CO manifestou-se por reiterar que é responsabilidade dele (reitor) estabelecer o índice de reajuste da data-base, com os outros reitores, na mesa de negociação entre o Fórum das Seis e o Cruesp. Na USP, o Conselho Universitário submeteu-se às diretrizes do reitor Zago e “aprovou” um reajuste de 3% para docentes e técnico-administrativos.

A proposta de 3% representa um arrocho salarial muito grande. Se compararmos a situação atual com a de 2014, veremos que os 3% de agora têm praticamente o mesmo impacto que o zero% daquele ano. Isso porque a inflação, que estava na casa dos 7% em 2014, agora está em torno de 10%. Nos dois casos, estaríamos tendo uma perda de cerca de 7% do poder aquisitivo dos nossos salários, e isto sem levarmos em conta que o vale alimentação não foi reajustado. Assim, se considerarmos como nossos proventos o salário bruto + VA, a perda é ainda maior!

Mas não é só o arrocho que causa indignação na comunidade. Estamos dizendo NÃO à política de desmonte que se abate sobre as instituições – demissões incentivadas, não contratações, fechamento de setores, suspensão das carreiras, ameaças de cortes de direitos e retrocessos, insuficiência das políticas de permanência estudantil. A situação fica a cada dia mais clara: omissos nos últimos anos, quando apoiaram a política de expansão sem verbas perenes, imposta pelo governo estadual, os reitores querem, agora, despejar a conta da crise de financiamento das estaduais paulistas nos trabalhadores e estudantes. Não vamos aceitar! Continuaremos lutando por mais recursos para a universidade pública! Cabe aos reitores fazerem o mesmo! No quadro, veja como as universidades cresceram nos últimos anos, sem que o quadro de servidores se ampliasse adequadamente.

Universidades estaduais paulistas: indicadores de 1995 a 2015

	UNESP			UNICAMP			USP		
	1995	2015	Variação	1995	2015	Variação	1995	2015	Variação
Docentes	3.497	3.826	9,4%	2.259	1.867	-17,4%	5.056	5.982	18,3%
Técnico-administrativos	7.918	6.782	-14,3%	8.681	8.404	-3,2%	15.105	15.467	2,4%
Cursos de graduação	80	155	93,8%	44	66	50,0%	132	279	111,4%
Vagas em graduação / Vestibular	4.311	7.620	76,8%	1.990	3.320	66,8%	6.902	11.057	60,2%
Alunos matriculados / graduação	19.618	38.659	97,1%	9.992	19.001	90,2%	33.479	58.828	75,7%
Cursos de pós-graduação	125	255	104,0%	85	145	70,6%	476	672	41,2%
. Mestrado	71	143	101,4%	46	75	63,0%	257	351	36,6%
. Doutorado	54	112	107,4%	39	70	79,5%	219	321	46,6%
Alunos matriculados / pós-graduação	6.824	17.923	162,6%	8.771	15.651	78,4%	19.683	36.819	87,1%
. Mestrado	3.395	7.212	112,4%	3.830	5.327	39,1%	8.024	13.981	74,2%
. Doutorado	1.382	6.329	358,0%	2.996	6.359	112,2%	6.060	16.003	164,1%
. Especiais	2.047	4.382	114,1%	1.945	3.965	103,9%	5.599	6.835	22,1%
Títulos outorgados (total)	581	3.145	441,3%	1.044	2.341	124,2%	2.643	6.682	152,8%
. Mestrado	433	2.020	366,5%	724	1.348	86,2%	1.584	3.743	136,3%
. Doutorado	148	1.125	660,1%	320	993	201,3%	1.059	2.939	177,5%

Fonte:
Cruesp e
Anuários
Estatísticos da
Unesp,
Unicamp
e USP

TODOS AO ATO UNIFICADO DE 30/5

Concentração no MASP, a partir das 12h. Passeata até a sede do Cruesp, para acompanhar a negociação.

FORUM

das seis

STU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP e Representação estudantil da Unesp

30%

Essa é a ‘não-proposta’ do Cruesp.

Querem sustentar ensino, pesquisa e extensão com arrocho salarial! Não vamos aceitar essa afronta!

Indicativo do Fórum das Seis é **GREVE!**



A passeata contou com a participação de vários estudantes secundaristas, que defenderam a unificação das lutas pela educação pública

Uma bela passeata saiu do vão livre do MASP, na avenida Paulista, e desceu a rua Itapeva, rumo à sede do Cruesp, para acompanhar a segunda negociação com o Fórum das Seis nesta segunda-feira, 16 de maio. Servidores docentes, técnico-administrativos e estudantes das três universidades e do Centro Paula Souza, vindos de todas as regiões do estado, participaram da manifestação em defesa da educação pública.

Na negociação, um primeiro fato a chamar a atenção dos representantes das entidades: o reitor da USP, Marco Antonio Zago, aparentemente sem maiores justificativas, não compareceu à reunião. Para representá-lo, mandou o pró-reitor de Graduação, Antônio Carlos Ernandes.

Após os apontamentos iniciais de ambas as partes, o reitor da Unicamp e atual presidente do Cruesp, José Tadeu Jorge, fez uma fala sobre a crise e a contínua queda de recursos para as universidades nos últimos três anos.

Diante disso, o “máximo esforço”, segundo Tadeu, permite às universidades oferecer um reajuste de 3%. Na sequência, o reitor Julio Cezar Durigan informou que, no caso da Unesp, mesmo os 3% ainda precisariam ser discutidos e aprovados pelo Conselho Universitário, que tem reunião extraordinária prevista para 17/5. O representante da USP disse que o mesmo ocorreria em sua universidade, mas ainda sem data definida.

A reação dos representantes do Fórum das Seis foi imediata: o índice de 3%, considerado ridículo diante de uma inflação na casa dos 10%, revela a clara intenção de sustentar as universidades estaduais, em seu tripé ensino/pesquisa/extensão, com o arrocho salarial de seus servidores docentes e técnico-administrativos. Some-se esse agravamento do arrocho à política de desmonte que se abate sobre as instituições – demissões incentivadas, não contratações, fechamento de setores, suspensão das

carreiras, ameaças de cortes de direitos e retrocessos – e temos um cenário insustentável.

A “novidade” trazida pelo Cruesp, com duas das universidades remetendo a responsabilidade da política salarial aos Conselhos Universitários, é descabida e revela uma tentativa de esvaziar a mesa conjunta. O teor do **Comunicado Cruesp 1/2016** (veja ao lado) deixa clara essa perspectiva.

Sobre a justificativa dos reitores para o ridículo índice de 3%, a coordenação do Fórum das Seis assinalou que as universidades chegaram a este patamar de crise de financiamento, em grande medida, pela inépcia do Cruesp em buscar mais recursos junto ao governo estadual e à Alesp nos últimos 10 anos, uma vez que era público e notório que o repasse de recursos às universidades estaduais paulistas, que já era insuficiente para manter a crescente expansão de campi, cursos e vagas, tornou-se ainda mais crítico com a queda da arrecadação do ICMS. Nestes anos todos, não houve eco por parte dos reitores, que nunca saíram a público para defender a necessidade de mais recursos.

Na tentativa de responder a crítica, o reitor da Unesp questionou: “O Fórum das Seis vem batalhando por mais recursos nestes anos todos, e conseguiu o quê?”

Os representantes do F6 resgataram um pouquinho da história das universidades: Com o advento da autonomia universitária, em 1989, foram destinados 8,4% do ICMS para Unesp, Unicamp e USP. Foi graças à luta da comunidade acadêmica, nos anos seguintes, que esse percentual aumentou para 9% em 1992 e para 9,57% em 1995. Em 2006, também como fruto da luta da comunidade, o plenário da Alesp aprovou o aumento do repasse para 10% do ICMS, mas o índice foi vetado pelo governador. Aliás, nestes anos todos, não foram poucas as oportunidades

em que os reitores foram a público dizer que os recursos destinados às universidades eram, sim, suficientes.

Encerradas as falas, a coordenação do F6 solicitou o agendamento de uma nova reunião com o Cruesp para a próxima semana. O reitor Tadeu informou que não havia agenda possível na próxima semana, mas que ela poderia ocorrer no dia 30/5, às 15h, o que foi acordado.

Comunicado Cruesp nº 01/2016

“São Paulo, 16 de maio de 2016

Considerando o momento atual em que estamos diante da pior crise econômica da história da autonomia universitária, em um esforço para atenuar as perdas salariais ao longo dos últimos 12 (doze) meses, o CRUESP, em reunião realizada nesta data com o Fórum das Seis, decidiu reajustar os salários de docentes e servidores técnico-administrativos das Universidades Estaduais Paulistas em 3% a partir de maio do corrente ano.

Consciente de que o índice proposto não repõe as perdas salariais, o Conselho de Reitores envidará todos os esforços institucionais possíveis de recuperação salarial tão logo as condições econômicas permitam.

No que diz respeito à UNESP, as disposições deste comunicado serão implantadas em período a ser definido oportunamente, respeitando-se suas disponibilidades orçamentárias e financeiras, e após decisão de seu Conselho Universitário.

Quanto à USP, a aplicação das disposições deste comunicado dependerá de decisão de seu Conselho Universitário.

José Tadeu Jorge
Presidente do Cruesp”

Os indicativos às categorias

Reunidas após a negociação, as entidades que compõem o Fórum das Seis foram unânimes em considerar a ‘não-proposta’ do Cruesp como um acinte, um total desrespeito à comunidade que vem sustentando a qualidade das universidades estaduais com o seu esforço e dedicação nos últimos anos, ainda que remando contra a falta de profissionais e a crescente deterioração de suas condições de trabalho. Não podemos tolerar a manutenção e a agudização do processo de desmonte das universidades estaduais paulistas, que se materializou no episódio desta segunda negociação na forma de arrocho salarial.

Em paralelo, temos um cenário crescente de reação e luta nas universidades: expressiva adesão ao dia de paralisação em 16/5, servidores da USP em greve desde 12/5, paralisações estudantis nas três instituições.

Ainda que o Fórum das Seis tenha protocolado a Pauta Unificada em 31/3, a primeira negociação só foi agendada para 30 dias depois, em 27/4, na qual nada disseram sobre reajuste. Ou seja, esperaram até agora para apresentar a ‘não-proposta’. Diante disso, o Fórum das Seis propõe às categorias:

- Rodada de assembleias até 24/5.
- Indicativo de greve.
- Novo ato unificado em 30/5, data da nova reunião com o Cruesp.

Novas reuniões do Fórum

O Fórum das Seis volta a se reunir nos dias 24/5 e 30/5.

Áudio da negociação

Para ouvir a íntegra da negociação de 16/5, copie e solte no seu navegador o link:
https://drive.google.com/file/d/0B_wjhdHPYxmGnY1pSV3BISW95b3M/view?pref=2&pli=1

LDO 2017: 18/5 tem audiência pública na Alesp

Já teve início a série de audiências públicas para discutir a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2017. Nesta quarta, 18/5, 14h30, a audiência é no auditório Franco Montoro, na Alesp.

É hora de mobilização!

16 de maio, data da segunda negociação, é dia de luta dos servidores docentes, técnico-administrativos e estudantes

**- Pelo atendimento das nossas reivindicações! Arrocho, não!
- Apoio à luta pela preservação da sede do Sintusp!**

Informe-se na sua entidade sobre a estrutura de participação no ato.

A partir das 12h, vamos nos concentrar no vão livre do Masp, em São Paulo.

Dali, sairemos em passeata até a sede do Cruesp, na rua Itapeva, para acompanhar-mos a segunda negociação.

No verso, leia “Nota do Fórum das Seis” sobre a atividade.

Arrocho, não!

12,34% é a nossa reivindicação

(9,34% correspondente ao ICV/Dieese de maio/2015 a abril/2016 + 3% para recomposição parcial de perdas)

O dinheiro que deixa de vir para a educação superior pública

Alckmin deixou de repassar cerca de R\$ 600 milhões às universidades em dois anos

Somente nos anos de 2014 e 2015, as universidades estaduais paulistas tiveram um prejuízo de cerca de R\$ 600 milhões. Este número tem suas origens num fato que vem sendo denunciado há anos pelo Fórum das Seis: antes de repassar os 9,57% do ICMC - quota parte do Estado às universidades, o governo Alckmin subtrai da base de cálculo itens como Habitação e alíneas diversas da arrecadação, relativas a multas e juros, entre outros. Isso sem contar os descontos da Nota Fiscal Paulista. O detalhe é que a quota parte dos municípios (correspondente a 25% da arrecadação), não sofre este desconto.

Para corrigir este grave problema, o Fórum das Seis defende alterações na redação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o que evitaria as manobras do governador. Nas emendas apresentadas pelo Fórum em 2014 e 2015, por exemplo, a reivindicação era que os atuais 9,57%

passassem para 10% do “total do produto do ICMS, quota parte do Estado”.

Após a forte greve de 2014, o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) passou a defender a passagem dos atuais 9,57% para 9,907% e também a incorporação no texto da LDO da expressão “total do produto...”. Porém, os reitores não apresentaram emendas à LDO com este conteúdo em momento algum. E em 2016, como atuarão? Continuarão se apoiando no estéril discurso da crise, ao mesmo tempo em que se recusam a defender, efetivamente, o fim destas manobras e a consequente ampliação dos recursos para as universidades?

Nossa postura continuará a mesma este ano: defenderemos incansavelmente mais recursos, ao mesmo tempo em que repudiaremos quaisquer tentativas de arrocho e confisco de direitos!

Moções do F6 manifestam solidariedade a movimentos

Em sua reunião de 9/5/2016, o Fórum das Seis aprovou moções de apoio à luta dos servidores docentes, administrativos e estudantes da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), e aos estudantes secundaristas de São Paulo, em luta por melhorias na merenda e pela apuração das denúncias de desvio de recursos do setor.

FORUM**das
seis****STU
Sintusp
Sintepa
Sintunesp
Adusp-S.Sind.
Adunesp-S.Sind.
Adunicamp-S.Sind.**

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP e Representação Estudantil da Unesp

NOTA DO FÓRUM DAS SEIS

No dia 16 de maio, vamos fazer um grande

ATO EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

Os sucessivos governos estaduais do PSDB têm implantado, por todos os meios de que dispõem, uma política deliberada de destruição da educação pública paulista. Todos os níveis do sistema educacional estão submetidos a um processo de precarização, que vem se acelerando nos últimos anos.

O ensino médio está envolto em denúncias de roubo da merenda escolar, submetido a processos de “reorganização” e precarização, e somente não foi totalmente sucateado porque os estudantes secundaristas, apoiados por diversos setores da sociedade, têm lutado bravamente em sua defesa, revertendo muitas políticas deletérias perpetradas pelo governo Alckmin.

O sistema público de educação superior paulista - composto pela Unesp, USP, Unicamp e Centro Paula Souza – também está sob ataque. O governo estadual não tem disponibilizado financiamento adequado para manter estas instituições com o grau de excelência duramente construído durante muitas décadas, colocando em sério risco esse imenso patrimônio do povo paulista. Os gestores das nossas universidades têm implantado de maneira acrítica, subserviente e antidemocrática, políticas públicas irresponsáveis, determinadas pelos interesses dos governos de plantão, sem nenhum compromisso real com a qualidade do ensino, com a produção de conhecimento e com a prestação de serviços que nossas universidades e o Centro Paula Souza oferecem à sociedade paulista e brasileira.

O Fórum das Seis – que reúne os sindicatos dos servidores docentes e técnico-administrativos, as entidades estudantis da Unesp, USP e Unicamp, e o Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza/Sinteps – está em processo de negociação com o Conselho de Reitores dessas universidades (Cruesp), neste mês de maio, que é nossa data-base. Foi apresentada a eles uma pauta unificada de reivindicações, buscando impedir o sucateamento das nossas universidades e do Centro Paula Souza, exigindo melhores condições de trabalho, políticas efetivas de assistência estudantil, descriminalização dos movimentos sociais, manutenção do poder aquisitivo dos nossos salários, transparência e democratização na gestão das instituições, entre outras. Neste dia 16 de maio de 2016, em que cumprimos mais uma etapa da discussão desta pauta com o Cruesp, faremos um **ATO EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO** no vão livre do Masp, a partir das 12 horas, antes de nos dirigirmos para a mesa de negociação com o Cruesp.

Convidamos para este ato todos os cidadãos que defendem que é obrigação do Estado oferecer à sua população uma **EDUCAÇÃO PÚBLICA, GRATUITA, LAICA E DE QUALIDADE**.

ORGANIZE-SE. MOBILIZE-SE. VENHA PRA LUTA!

Não há dúvida: Sem mobilização e luta, o que vem por aí é arrocho, desmonte e perda de direitos

*16 de maio, data da segunda negociação, é
Dia de Luta e Mobilização de técnico-administrativos, docentes e estudantes*

**Fórum das Seis convoca ato unificado em frente à sede do Cruesp, a partir das 13h:
- Pelo atendimento das nossas reivindicações! Arrocho, não!
- Apoio à luta pela preservação da sede do Sintusp!**

Reunidas logo após a primeira negociação com o Cruesp, já na noite da quarta-feira, 27/4/2016, as entidades que compõem o Fórum das Seis debateram e aprovaram os indicativos de mobilização para as categorias. O principal ponto é a proposta de realização do **Dia de Luta e Mobilização** de técnico-administrativos, docentes e estudantes em 16/5, data agendada para a segunda negociação com os reitores.



As entidades devem realizar assembleias até 6/5, sexta-feira, para avaliar os informes da primeira negociação (*confira a seguir*) e deliberar sobre a participação no ato unificado que o Fórum está convocando para 16/5, a partir das 13h, em frente à sede do Cruesp.

No dia 9/5, às 10h, o Fórum volta a se reunir, para avaliar o resultado das assembleias e organizar as atividades.

A primeira reunião

Na abertura desta primeira negociação da data-base 2016 com o Cruesp, já sob a presidência do reitor José Tadeu Jorge, a coordenação do Fórum das Seis lamentou que o índice não fosse discutido, dadas as expectativas presentes na comunidade. Também foi cobrada a posição do Cruesp sobre os seguintes pontos:

- Participação efetiva na Frente Parlamentar em Defesa das Universidades Públicas no Estado de SP: Os três reitores destacaram a disposição das três universidades em participar dos trabalhos da Frente, coordenada na Assembleia Legislativa por iniciativa pelos deputados Carlos Neder (PT/SP) e Carlos Giannazi (PSOL/SP). O Fórum das Seis cobrou uma atuação incisiva dos reitores no que diz respeito ao financiamento das universidades e outros itens importantes.

do Fórum é que os reitores reafirmem o teor do documento que assinaram em 2015, quando pleitearam um repasse de 9,907% do total do produto do ICMS às universidades estaduais paulistas. O presidente do Cruesp informou que isso será feito.

- Postura do Cruesp frente ao PLP 257: O projeto propõe uma série de ataques aos direitos dos servidores (*como mostra a edição especial do jornal do F6 que começa a circular*). O reitor Tadeu disse que o tema não foi aprofundado ainda no âmbito do Cruesp, mas que na Unicamp já há discussões iniciais, que apontam graves prejuízos aos servidores e à autonomia universitária, caso aprovado.

- Postura do Cruesp sobre o Novo Marco Legal de C&T: Já aprovada, a nova legislação sobre ciência e tecnologia traz enormes preocupações ao movimento sindical, pois significa, em resumo, ataques aos princípios da dedicação exclusiva e a ampliação da sangria dos fundos públicos para as empresas privadas, que poderão se apropriar das pesquisas feitas pelas universidades públicas. Os três reitores afirmaram que estão fazendo estudos sobre a nova lei. O reitor da Unesp, Julio Cezar Durigan, mostrou-se favorável ao novo Marco.

- Local das negociações: O F6 entregou ofício aos reitores, solicitando que as negociações voltem a acontecer nas universidades, de acordo com a presidência do Cruesp em cada ano, assim como ocorria até 2009. O reitor Tadeu informou que o assunto foi discutido no Cruesp e que a decisão é por

- Postura do Cruesp na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano: A cobrança

manter as reuniões na sede da rua Itapeva, em São Paulo.

- Criminalização dos movimentos: A coordenação do F6 denunciou a escalada repressiva em curso, especialmente na USP, com ameaças de demissões de dirigentes sindicais e aviso de “despejo” do Sintusp da sede que ocupa há 50 anos. O presidente do Cruesp remeteu o tema para momento posterior da reunião, quando citaria o conjunto dos itens da Pauta Unificada (*confira a seguir*).

“Debate no âmbito das universidades”

O novo presidente do Cruesp reafirmou que a maior parte dos itens da Pauta Unificada 2016, assim como ocorreu no ano passado, deve continuar sendo tratada no âmbito de cada universidade. Itens como o III (SPPrev/aposentadoria/Plano de Aposentadoria Complementar) e o IV (Permanência estudantil/gratuidade ativa) devem continuar sendo objeto do Grupos de Estudo (GT) criados no ano passado.

Neste ponto, representantes das entidades insistiram no fato de que, ainda que sejam preservadas as especificidades de cada universidade, o conjunto da Pauta Unificada diz respeito à necessidade de construir um sistema único do ensino superior público paulista. É preciso estabelecer princípios comuns a todas as instituições, por exemplo em relação à criminalização dos movimentos sindical e estudantil. Neste ponto, eles denunciaram o gravíssimo ataque desferido pela reitoria da USP contra o Sindicato dos Trabalhadores (Sintusp), com ameaça de novas demissões de dirigentes sindicais e o anúncio de “despejo” da sede que ocupam no *campus* há 50 anos.

O reitor Tadeu reafirmou que o Cruesp não é instância para debater questões como essa, pois dizem



Negociação em 27/4/2016

respeito à “economia interna” de cada universidade. O reitor Marco Antonio Zago enveredou por este caminho e não entrou no mérito dos questionamentos.

Nas várias intervenções que se seguiram, as entidades reafirmaram sua indignação com o ataque da reitoria e integral apoio ao Sintusp.

Representantes do Cruesp nos dois GT citados acima fizeram uma exposição do andamento dos trabalhos, que caminham no sentido de construção de um documento comum às universidades sobre os temas. Não houve informes sobre o GT Isonomia.

A coordenação do F6 chamou a atenção para algumas das questões abordadas nos GT, como é o caso das demandas da permanência estudantil, que precisam de tratamento urgente. Também alertaram para os constantes procedimentos contábeis que vêm sendo feitos para tratar a questão da insuficiência financeira no sistema previdenciário SPPrev, o que caracteriza um problema cujas consequências futuras são graves também para as universidades.

A segunda negociação F6/Cruesp está agendada para 16/5, com início às 16 horas.

Resumo da agenda

- Até 6/5: Assembleias de base
- 9/5: Reunião do F6
- 16/5: Dia de Luta e Mobilização, com ato unificado em frente ao Cruesp, a partir das 13h.
- 16/5: Negociação com o Cruesp, a partir das 16h.

ORGANIZE-SE. MOBILIZE-SE. VENHA PRA LUTA!

4/5 tem reunião de trabalho da Frente Parlamentar

O próximo encontro da Frente Parlamentar em Defesa das Universidades Públicas no Estado de SP está marcado para 4/5/2016, das 10h às 13h, no Plenário Tiradentes. Conforme definido no dia do lançamento, em 19/4, será uma reunião de trabalho. Representantes do Fórum das Seis participarão com propostas sobre questões importantes às universidades e ao Centro Paula Souza, sobre financiamento, permanência estudantil, teto salarial e outras.

6/5 tem audiência na Alesp sobre direitos dos aposentados

No dia 6/5, a partir das 14h, no auditório Franco Montoro, na Assembleia Legislativa, acontece uma audiência pública de interesse das universidades e Ceeteps. O objetivo é discutir o projeto de lei nº 399/2015, que pleiteia a extensão do vale alimentação aos aposentados e pensionistas. O Fórum das Seis estará presente.

Jornal do F6 explica os ataques do PLP 257 e chama para a reação

Nos próximos dias, estará circulando uma edição impressa do *Jornal do Fórum*, com detalhes sobre o PLP 257/2016, projeto que tramita na Câmara de Deputados e que traz uma série de ataques ao funcionalismo público. A versão eletrônica será disponibilizada em breve nos *sites* das entidades.



FORUM

**das
seis**STU
Sintusp
Sintunesp
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP e Representação estudantil da Unesp

Frente Parlamentar em Defesa das Universidades Públicas do Estado de SP é lançada na Alesp

Na presença das reitorias, Fórum das Seis denuncia desmonte, repudia arrocho e ataques à organização sindical

Deputados, representantes de reitorias, membros de entidades sindicais, trabalhadores e estudantes participaram do lançamento da Frente Parlamentar em Defesa das Universidades Públicas no Estado de São Paulo, no auditório Franco Montoro, na Assembleia Legislativa, no dia 19/4. A constituição da Frente é iniciativa do deputado Carlos Neder (PT/SP), membro da Comissão de Educação, que passa a ser seu coordenador. Carlos Giannazi (PSOL/SP) foi indicado vice-coordenador.

A mesa dos trabalhos contou com representantes das reitorias da Unesp, Unicamp, USP, Unifesp, UFSCar e UFABC. O Fórum das Seis também compôs a mesa, representado por João da Costa Chaves Júnior (Adunesp), Alberto de Souza (Sintunesp), Adriana Tufaile (Adusp), Paulo Centoducatte (Adunicamp), Alexandre Pariol (Sintusp), Marcílio Ventura (STU) e Denise Rykala (Sinteps).

Neder e Giannazi explicaram que a Frente já conta com a participação de 30 deputados e deverá trabalhar por cerca de três anos, quando termina o atual mandato. “O objetivo é discutir as universidades públicas em nosso estado sob todos os aspectos que sejam relevantes”, disse Neder, elencando itens como: financiamento público, gratuidade, permanência estudantil, autonomia e gestão democrática, estrutura organizacional, condições de trabalho, de ensino, de pesquisa e de extensão, no que se refere ao corpo docente, técnico-administrativos e estudantes. Os deputados lamentaram a ausência de representantes do Centro Paula Souza, que também foi formalmente convidado para o evento.

Giannazi expôs preocupação com os rumos da conjuntura política atual, especialmente no que diz respeito à possível consolidação do *impeachment* colocado no horizonte, lembrando que o programa do vice-presidente Michel Temer, explicitado no documento “Ponte para o futuro”, é claro ao defender a desvinculação das verbas pú-



blicas obrigatórias para serviços como saúde e educação. “Seria um grande retrocesso que, certamente, agravaria muito a situação financeira das instituições públicas de ensino”, destacou.

Falam os reitores

As questões do financiamento, da inclusão social e do teto salarial foram pontos comuns nas falas dos professores Marco Antonio Zago, reitor da USP, Julio Cezar Durigan, reitor da Unesp, e Álvaro Penteado Crósta, coordenador-geral da Unicamp.

Eles ressaltaram o avanço que significa a autonomia vigente nas estaduais, que contam com dotação fixa de recursos (9,57% do ICMS-Quota Parte do Estado), mas consideram problemático o quadro de queda na arrecadação. “Isso diminui os recursos, que já são quase integralmente direcionados para a folha de pagamento”, pontuou Zago.

As formas como as políticas de inclusão vêm sendo encaminhadas pelas três universidades também foram detalhadas. A preocupação é com o crescente aumento na demanda por permanência estudantil que decorre desta nova conjuntura. “Esperamos que o governo estadual assuma uma parte desta demanda, pois nossos recursos não são su-

ficientes para isso”, disse Durigan.

A aplicação do subteto salarial – que corta os salários naquilo que superar os vencimentos do governador Geraldo Alckmin, atualmente na casa de R\$ 21 mil – também foi citada. “Esse é um dilema de curtíssimo prazo, pois afeta muitos docentes, que deixam de receber aquilo que conquistaram por meio da carreira”, enfatizou Crósta. Ele lembrou o fato de que a política do teto é diferente na maioria dos estados e no âmbito federal, que têm como parâmetro o salário de um desembargador. “Com isso, um professor da UFSCar, por exemplo, ganha R\$ 12 mil a mais do que um docente da Unicamp, ainda que ambos tenham o mesmo tempo na carreira.”

Neste ponto, o deputado Neder solicitou ao Cruesp que envie argumentação ao conjunto dos deputados, uma vez que a mudança na política do teto no estado de São Paulo só poderia ocorrer por meio de emenda constitucional.

A reitora da Unifesp, Soraya Soubhi Smaili, abordou as dificuldades financeiras das universidades federais, que não contam com dotação orçamentária fixa. Ela também se manifestou sobre a necessidade de democratização das estruturas de poder nas universidades públicas. “É preciso acabar com a lista tríplice e permitir que as comunidades elejam diretamente seus dirigentes”, defendeu.

Falam as entidades

Em nome do Fórum das Seis, o professor João Chaves leu documento distribuído entre os presentes, intitulado “**Em defesa das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza**”. Inicialmente, ele destacou a existência de três projetos de lei, um deles já aprovado, que preocupam a comunidade acadêmica: a Lei 13.243/16, denominada “Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação” (que legaliza um conjunto de medidas privatizantes na educação superior); o Projeto de Lei Complementar 257/2016 (que propõe uma série de ataques ao funcionalismo público); e a Proposta de Emenda Constitucional 139/2015 (que propõe extinguir o abono permanência). [Sobre isso, leia detalhes no documento anexo a este boletim.](#)

Chaves criticou a política de desmonte em curso

nas universidades estaduais paulistas, que se manifesta no enxugamento de pessoal, descumprimento de acordos celebrados, repressão, corte de direitos, ampliação da terceirização etc. Ele também denunciou a mais recente medida nesse sentido, adotada pela reitoria da USP, que enviou ofício ao Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp) dando-lhe 30 dias para desalojar a sede que ocupa há décadas no *campus*. “Trata-se de um ataque violento à organização sindical, que não será aceito pela comunidade”, reforçou.

Em relação ao financiamento, cobrou uma postura efetiva dos reitores na defesa de mais recursos. Chaves lembrou as reivindicações históricas do Fórum das Seis: no caso das universidades, ampliação dos atuais 9,57% para 11,6% do ICMS-QPE; no caso do Centro Paula Souza, que não tem dotação, destinação de 3,3% do ICMS-QPE. Ele denunciou as manobras feitas pelo governo ao destinar os 9,57%: antes de repassar o percentual, são retiradas várias alíquotas (Habitação, juros e moras etc.), coisa que não acontece com os 25% do ICMS destinados aos municípios. Com isso, os prejuízos causados às universidades são muito grandes. Para o Fórum das Seis é fundamental que o texto da LDO inclua a expressão “do total do produto do ICMS”, garantindo que a base de cálculo das universidades estaduais seja idêntica à dos municípios.

Por fim, Chaves chamou a atenção para o problema do teto salarial, lembrando que a proposta do Fórum das Seis é de fixação deste limite no estado de São Paulo em 90,25% do subsídio mensal dos ministros do Supremo Tribunal Federal, assim como está estabelecido na maioria dos estados. “É uma questão de justiça com os profissionais que dedicaram sua vida exclusivamente à universidade.”

Representantes de entidades que compõem o Fórum das Seis também fizeram uso da palavra, enfatizando aspectos dos temas abordados. O repúdio à reitoria da USP, que quer “despejar” o Sintusp, foi manifestado por todos.

Próxima reunião

O próximo encontro da Frente Parlamentar em Defesa das Universidades Públicas no Estado de SP está marcado para 4/5/2016, das 10h às 13h, no Plenário Tiradentes.

Primeira negociação acontece em 27/4. Fique atento à mobilização

Após o protocolo da Pauta Unificada 2016, no dia 31 de março, o Cruesp – agora sob a presidência do reitor da Unicamp, José Tadeu Jorge – agendou a primeira reunião com o Fórum das Seis para 27/4, às 16h, adiantando que, neste encontro, não serão discutidos índices salariais.

No dia 18/4, as entidades que compõem o Fórum das Seis reuniram-se para debater os próximos passos da mobilização. O Sintusp agendou a realização de um dia de paralisação e luta em 5/5 e apresenta às demais entidades a proposta de unificar a mobilização neste dia. Também há a sugestão de realização de ato e paralisação na data da segunda rodada de negociação, ainda não agendada.

Após a negociação de 27/4, o Fórum divulgará boletim com os resultados da reunião e os indicativos às assembleias.

Com Zago ausente e ato de trabalhadores e estudantes da USP, F6 protocola a Pauta

Não foi tarefa simples protocolar a Pauta Unificada 2016 nesta quinta-feira, 31/3, na Reitoria da USP. A informação inicial era que o reitor Marco Antonio Zago, até aquele momento presidente do Cruesp, estava fora da Universidade e havia deixado ordem explícita para que nada fosse protocolado. Após muita insistência dos representantes das entidades presentes, apenas um membro da coordenação do Fórum das Seis foi autorizado a entrar e passou os documentos para um funcionário da Reitoria.

Antes da entrega da Pauta, a coordenação do F6 e membros das entidades participaram de ato público dos trabalhadores e estudantes da USP, que haviam aprovado paralisação em suas assembleias. As falas dos presentes tiveram como foco central as denúncias de desmonte na Universidade, com fechamento de setores, falta de funcionários (agravada após a implantação do Programa de Incentivo à Demissão Voluntária – PIDV e não reposição de vagas abertas por aposentadorias, mortes etc.), entre outras medidas. Um grupo grande de adolescentes, da Escola de Aplicação da USP, participou do ato para denunciar a falta de professores, que já compromete o ano letivo.

Representando a coordenação do Fórum, falaram João Chaves (Adunesp) e Alberto de Souza (Sintunesp). Eles destacaram que a situação da USP não é diferente das outras estaduais paulistas, mas sim produto de uma mesma política: descarregar o ônus da crise sobre a comunidade acadêmica. Para eles, não resta dúvida de que o caminho é a organização e a luta dos servidores docentes, técnico-administrativos e estudantes.

Envio da Pauta

Além do protocolo na Reitoria da USP, a coordenação do Fórum das Seis também está enviando os documentos via *e-mail* e em papel para a sede do Cruesp.

O ofício que encaminha a Pauta 2016 aos reitores solicita o início das negociações ainda em abril. Diz o texto: “Tendo como referência o fato de que a data-base das cate-



Ivane Sousa



À esquerda, foto feita pelos vidros da porta da Reitoria da USP mostra João Chaves, da coordenação do Fórum das Seis, entregando a Pauta a um funcionário.

Acima, imagens do ato de trabalhadores e estudantes da USP

gorias é 1º de maio e a Pauta está sendo enviada com um mês de antecedência, solicitamos que as negociações tenham início ainda no decorrer do mês de abril. Consideramos que essa medida é necessária para que as negociações em torno das reivindicações das categorias possam transcorrer com serenidade e tempo adequado.”

O Fórum das Seis volta a se reunir no dia 18/4/2016, às 10h, em São Paulo.

Pauta Unificada 2016 está pronta!

Nem arrocho, nem desmonte. Isonomia, já!

Não vamos continuar pagando por crises que não produzimos!

Reunidas em 28/3/2015, as entidades que compõem o Fórum das Seis avaliaram o retorno da segunda rodada de assembleias, realizadas para definir uma posição conjunta sobre itens da Pauta Unificada que ainda estavam em aberto. Após um amplo e produtivo debate, os encaminhamentos aprovados refletiram a necessidade de, respeitando as especificidades e propostas de cada categoria, compor a Pauta com aos posicionamentos majoritários das assembleias.

Nossa reivindicação salarial

No tópico **II - Salários**, o índice da campanha aparece na Pauta como item 2, da seguinte forma:

“Reposição salarial na data-base para servidores docentes e técnico-administrativos das três universidades e do Ceeteps, já, de acordo com o ICV do Dieese, correspondente à inflação do período de maio/2015 a abril/2016, mais 3% a título de recuperação parcial de perdas históricas.”

Ainda nesse tópico, foram definidos outros dois pontos que estavam em aberto:

- o item que cobra a manutenção do compromisso assumido com o F6 de realizar negociações salariais a cada semestre aparece agora como último deste tópico, assim redigido: *“Revisão salarial em setembro/outubro de 2016, conforme acordado entre Fórum das Seis e Cruesp em abril de 1991.”*

- a reivindicação de mudança do teto salarial ficou como item 9 do tópico com a seguinte redação: *“Luta conjunta pela modificação da Constituição de 1989 do Estado de São Paulo, a exemplo do que já foi feito em pelo menos 17 estados, para que o teto salarial seja de 90,25% do subsídio de um ministro do STF e cumprimento estrito deste teto.”*

O tópico **II – Salários** compõe-se de 10 itens no total – entre eles, o pedido de *“Equiparação dos pisos salariais entre os servidores técnico-administrativos da Unesp, Unicamp, USP e do Ceeteps, preservando as estruturas de carreira”* – que podem ser conferidos no arquivo **“Pauta Unificada 2016”**, que acompanha este boletim.

Perdas e cenário

Na reunião do F6, foram feitas considerações a respeito do cenário político e econômico em que se insere nossa data-base 2016. Foi consensual a avaliação de que as universidades estaduais paulistas passam por um processo de desmonte, de perfil claramente privatizante. A pretexto de combater a crise, as reitorias vêm desfechando um conjunto de ataques,

que se traduzem no enxugamento de pessoal (expulsão de funcionários na USP via Programa de Incentivo à Demissão Voluntária - PIDV, não reposição de vagas abertas por aposentadorias, demissões, mortes nas três universidades), descumprimento de acordos celebrados (não equiparação entre os funcionários técnico-administrativos), repressão sobre os três segmentos (punições e expulsão de estudantes), adoção de medidas para mostrar “responsabilidade” frente à crise (suspensão das carreiras na Unesp), entre várias outras.

Em paralelo, vemos os salários sendo arrochados progressivamente nos últimos anos. Se a mera reposição da inflação dos 12 meses anteriores já não vinha sendo suficiente para devolver aos salários o que a inflação comeu, o fracionamento do pagamento (como ocorrido no ano passado) deteriora ainda mais o nosso poder de compra.

O que se espera dos reitores é que abandonem a postura passiva diante da falta de recursos das universidades, agravada nos últimos anos pela expressiva expansão de cursos e *campi* sem a contrapartida orçamentária devida. É preciso que tenham uma postura firme frente ao governo, reivindicando que os recursos sejam repassados corretamente, sem as manobras fiscais que desviam valores gigantescos das universidades. Nos próximos boletins do Fórum, mais detalhes sobre estes números.

Protocolo em 31/3

A Pauta Unificada 2016 será protocolada pela coordenação do Fórum no dia 31/3, às 13h, na reitoria da USP, uma vez que o atual presidente do Cruesp é o Prof. Dr. Marco Antonio Zago, reitor da Universidade. Nesta mesma data e horário, os técnico-administrativos e estudantes da USP farão um ato público como parte do dia de paralisação, conforme deliberação de suas entidades (Sintusp e DCE Livre da USP). A coordenação do Fórum convida as demais categorias a participarem destas atividades.

O ofício que encaminha a Pauta Unificada 2016 aos reitores solicita o início das negociações ainda em abril. Diz o texto: *“Tendo como referência o fato de que a data-base das categorias é 1º de maio e a Pauta está sendo enviada com um mês de antecedência, solicitamos que as negociações tenham início ainda no decorrer do mês de abril. Consideramos que essa medida é necessária para que as negociações em torno das reivindicações das categorias possam transcorrer com serenidade e tempo adequado.”*

O Fórum volta a se reunir no dia 18/4/2016, às 10h, em São Paulo.

FORUM

**das
seis**STU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP e Representação estudantil da Unesp

Nem arrocho, nem desmonte! Isonomia, já!

Atenção à segunda rodada de assembleias da data-base 2016, até 18/3, para posicionamento sobre pontos ainda em debate na Pauta Unificada

Reunidas no dia 10/3/2016, as entidades que compõem o Fórum das Seis avaliaram o retorno da primeira rodada de assembleias, quando as categorias fizeram propostas para a composição da Pauta Unificada da data-base deste ano.

Antes da tabulação e encaminhamento das propostas, houve uma rodada de avaliações políticas, para situar a conjuntura em que ocorre a campanha salarial deste ano.

Foi consensual a análise de que, ao contrário do discurso predominante nas reitorias, as universidades não estão diante de uma crise financeira, mas sim de financiamento. Incapazes e desinteressados de lutar por mais recursos para as instituições nos últimos anos – ainda que tivessem cedido às expansões sem garantias de recursos, imposta pelo governo estadual –, as reitorias procuram despejar a conta nas costas da comunidade acadêmica. A não contratação (sequer para repor as vacâncias de servidores docentes e técnico-administrativos), o incentivo à demissão voluntária (como na USP), o ataque às carreiras de ambos os segmentos, a supressão de direitos (corte de vagas e fechamento de creches), entre várias outras, são medidas que mostram a opção reitoral pelo desmonte das universidades.

Neste quadro, a reação da comunidade acadêmica, na defesa de seus direitos e da educação pública, é fundamental.

Pontos em aberto

A palavra de ordem central desta data-base – “*Nem arrocho, nem desmonte! Isonomia, já!*” – reflete o eixo sobre o qual devemos conduzir a campanha salarial de 2016.

Na reunião de 10/3, os representantes das entidades trabalharam no sentido de formatar as reivindicações



que são comuns a todos. Ainda permanecem pontos em aberto, que precisam ser discutidos pelas categorias numa segunda rodada de assembleias. Eles se relacionam, basicamente, ao item II da Pauta (**Salários**), conforme explicitado na proposta de Pauta anexa a este boletim.

As assembleias devem discuti-los e se posicionar sobre eles, sempre levando em conta que as decisões do Fórum das Seis são construídas por consenso entre as entidades que o compõem, a partir das diretrizes estabelecidas nas instâncias coletivas das categorias.

Uma nova reunião do Fórum das Seis, no dia 22/3, está agendada para avaliar o retorno da segunda rodada e, se possível, fechar a Pauta.

Sintusp propõe paralisação e ato no dia em que a pauta for protocolada

A assembleia de base dos servidores técnico-administrativos da USP aprovou a realização de um dia de paralisação do segmento em 31/3, data do provável protocolo da Pauta Unificada 2016.

O Sintusp solicita que as demais categorias avaliem – nesta segunda rodada de assembleias – a proposta de realização de paralisação e ato unificado nesta data.

Próximos passos no calendário

- Até 18/3/2016: Segunda rodada de assembleias de base.
- 22/3/2016: Reunião do F6, em São Paulo, para avaliar o retorno das assembleias. Se possível, fechar a Pauta.
- Até 31/3/2016: Protocolo da Pauta junto ao Cruesp.

Obs: Segue anexa a este boletim a proposta de Pauta Unificada 2016 com os indicativos de discussão para a segunda rodada de assembleias.

FORUM

**das
seis**STU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP e Representação estudantil da Unesp

Data-base 2016

Nem arrocho, nem desmonte. Isonomia, já!

É hora de preparar a Pauta Unificada deste ano. Participe das assembleias de base e contribua

Reunidas no dia 2/2/2016, as entidades que compõem o Fórum das Seis deram início à data-base 2016. A partir de um debate preliminar da conjuntura, a avaliação consensual é que está em curso um conjunto de ofensivas reitorais que sinalizam claramente com o desmonte da universidade pública.

Sinais evidentes: enxugamento de pessoal (expulsão de funcionários na USP via Programa de Incentivo à Demissão Voluntária - PIDV, não reposição de vagas abertas por aposentadorias, demissões, mortes nas três universidades), descumprimento de acordos celebrados (não equiparação entre os funcionários técnico-administrativos), repressão sobre os três segmentos, adoção de medidas para mostrar “responsabilidade” frente à crise (suspensão das carreiras na Unesp), supressão de direitos (corte de vagas e fechamento de creches), entre várias outras.

Todas essas medidas, longe de retratar uma postura “responsável” dos reitores, comprovam incapacidade e desinteresse em lutar por mais recursos para as instituições nos últimos anos, período em que houve uma expressiva expansão de cursos e *campi* sem a contrapartida orçamentária devida. Agora, quando os discursos de “crise” se multiplicam, é sobre a comunidade acadêmica que querem jogar a

conta, por meio do confisco de direitos, agravamento das condições de trabalho e perspectiva de arrocho salarial. Ou seja, trata-se sim de uma crise de financiamento e não de crise financeira. Não vamos pagar por mais esta “crise”!

Olho no calendário

O Fórum das Seis indica às categorias que realizem uma primeira rodada de assembleias, até o dia 8 de março, para apresentar propostas à Pauta Unificada 2016. Em anexo a este boletim, segue a minuta com indicativos para subsidiar as assembleias. Confira o calendário já definido pelo Fórum das Seis para o próximo período:

23/2/2016: Reunião do F6 em Botucatu. Entre outros pontos, será feito o lançamento de um caderno preparado pela Adunesp, que aborda a autarquiaização do HC da Unesp, com ato político simbólico em defesa dos hospitais universitários. *(Mais detalhes serão divulgados em breve)*

Até 8/3/2016: Primeira rodada de assembleias de base, para apresentação de propostas para a Pauta Unificada 2016.

10/3/2016: Reunião do F6, em São Paulo, para tabular e organizar as propostas vindas das assembleias.

De 11 a 18/3/2016: Segunda rodada de assembleias de base.

22/3/2016: Reunião do F6, em São Paulo, para avaliar o retorno das assembleias. Se possível, fechar a Pauta.

Até 31/3/3: Protocolo da Pauta junto ao Cruesp.

